

ANGOLA



Estudo de mercado sobre a província de Cabinda



Mensagem do Presidente da Associação Industrial Portuguesa - Confederação Empresarial

Angola e Portugal estão hoje em condições de cimentar uma grande parceria para o investimento, para o comércio e para os mercados, sustentada na valorização da língua comum, nas relações históricas e nas afinidades culturais. Estes factores configuram vantagens que podem ser exploradas e aproveitadas pelas duas partes para incrementarem as relações bilaterais, para desenvolverem estratégias colaborativas, redes de negócio e para uma acção conjunta nos mercados lusófonos e mesmo em relação a mercados terceiros.

Para o efeito, é da maior importância a constituição de redes de conhecimento na actividade empresarial.

Foi esta, a razão subjacente à elaboração dos estudos sobre as províncias de Benguela, Cabinda, Huambo, Huíla e Luanda que a AIP-CE decidiu realizar.

Na verdade, para agir de forma inteligente nos mercados, é necessário coligir informação, estudá-los e conhecê-los.

Devo sublinhar que esse exercício de estudar os mercados, muito particularmente o angolano, sempre fez parte das orientações da AIP-CE, mesmo nos períodos mais conturbados da vida política e social angolana, que felizmente já pertencem ao passado, tendo desenvolvido sobre este mercado, entre outros, guias de investimento, estudos sectoriais e regionais.

Dando expressão a esta boa tradição da AIP-CE, creio que os Estudos de mercado sobre as Províncias Angolanas constituem um bom trabalho de caracterização da actividade económica destas províncias, mas também de prospectiva, de definição de prioridades em matéria de economia e de localização industrial, de sinalização de infraestruturas de apoio à actividade económica, de identificação de grandes projectos, enfim um bom instrumento de inteligência competitiva ao dispor dos empresários e das instituições portuguesas e angolanas.

Boa leitura!

Jorge Rocha de Matos

Índice

1.	A Província de Cabinda Hoje	5
1.1	Geografia – A especificidade da descontinuidade territorial	5
1.2	Clima	6
1.3	Demografia	7
1.4	Caracterização da Actividade Económica	10
1.4.1	Agricultura e Pesca	10
1.4.2	Fileira Florestal	11
1.4.3	Indústria e Comércio	14
1.4.4	Turismo e Hotelaria	16
1.4.5	Energia	16
1.4.6	Transportes	18
1.4.7	Telecomunicações	20
1.4.8	Serviços Bancários	21
1.5	Caracterização dos Sectores Sociais	21
1.5.1	Educação	21
1.5.2	Saúde	23
1.6	Estrutura da Administração Provincial	25
1.7	Os Principais Activos de Cabinda para Vencer o Desafio do Desenvolvimento	26
2.	A Província de Cabinda Amanhã	29
2.1	Modelo de Desenvolvimento	29
2.2	Grandes Opções de Desenvolvimento	33
2.3	Vocações Estratégicas	34
2.4	Eixos de Desenvolvimento Estratégico	34
2.5	Rede Programática de Intervenção	37
2.6	Financiamento	38
2.7	Prioridades em Matéria de Localização Industrial	44
2.8	Grandes Projectos da Província	48
2.8.1	Pólo Desenvolvimento Industrial da Futila (PDF)	48
2.8.2	Porto de Cabinda	48
2.8.3	Campus Universitário	50
2.8.4	Programa Executivo para a Indústria Transformadora	50
2.8.5	Ponte Soyo – Cabinda (<i>Cabinda Link</i>)	54

3. Enquadramento Regulamentar.....	56
3.1 Enquadramento Legal do Investimento Privado.....	56
3.2 Enquadramento Legal do Investimento Público.....	60
3.3 Enquadramento Legal da Contratação Pública.....	62
4. Análise de Risco.....	67
5. ANEXO – PRINCIPAIS IMPORTADORES DE ANGOLA.....	69

Estudo Desenvolvido por:



1. A Província de Cabinda Hoje

1.1 Geografia – A especificidade da descontinuidade territorial

Cabinda é a província mais a Norte de Angola, situando-se entre os paralelos 4° 25' e 5° 45' no hemisfério Sul e entre os meridianos 12° e 13° de longitude Este.

A primeira e mais óbvia característica de Cabinda é a separação geográfica do território da Província face ao restante território nacional. Com efeito, a descontinuidade territorial de Cabinda é um facto incontornável, sobretudo pelas consequências sociais, económicas e até culturais que impõe, não só à escala local, como também à escala nacional e regional.



Independentemente das causas histórico-políticas que assistiram à criação desta descontinuidade territorial, a província manifesta os efeitos de insularidade característicos dos territórios de pequena dimensão que, por barreiras físicas, naturais e /ou político-administrativas, são votados à condição de territórios social e economicamente periféricos, com tendência para a formação de sistemas fechados, incapazes de auto-subsistir e cujos efeitos, à escala nacional, são traduzidos no aprofundamento de disparidades regionais. Solucionar os constrangimentos de âmbito nacional que advêm dos diferentes estádios regionais de desenvolvimento não é uma questão exclusiva de Angola, nem tão pouco de África.



Contudo, a condição da insularidade imposta a Cabinda, reveste-se de um carácter especial: a província é uma “ilha” continental, afastada territorialmente do centro de decisão, delimitada por fronteiras político-administrativas, com dupla subordinação (provincial e regional), mas que, contudo, desempenha um papel relevante, quer nas relações internacionais, quer na afirmação da soberania nacional.

Na sua dimensão internacional, Cabinda revela-se como um espaço de interacções extra-regionais, manifestadas pelos fluxos e trocas comerciais que este território sempre proporcionou. Efectivamente, já na época colonial foi-lhe atribuído o estatuto especial de Zona Franca, ao abrigo de um regime aduaneiro especial e da protecção fiscal, que a tornou numa plataforma de trocas comerciais, geradora de forte especialização funcional e contribuindo para a geração de mais-valias fiscais para o país. É assim evidente que a descontinuidade geográfica, tradicionalmente associada a efeitos sociais e económicos

negativos, assume aqui um outro significado: pode ser entendida como factor propiciador de interações internacionais de natureza económica.

Conscientes deste papel, as autoridades locais e nacionais encetaram esforços no sentido da recuperação do Estatuto de Zona Franca, como atesta a aprovação do regime aduaneiro especial de Cabinda.

Em termos nacionais, a descontinuidade territorial de Cabinda representa uma preocupação acrescida no capítulo da soberania nacional, sobretudo se se atender ao acréscimo do grau de complexidade que características físicas e morfológicas da província introduzem no controlo de movimentos fronteiriços. Sendo esta uma questão que se coloca em todos os espaços contíguos, separados apenas pelo traçado político-administrativo, assume um peso específico em Cabinda pela descontinuidade territorial do espaço nacional e a pequena dimensão do território assim como pelos efeitos das migrações e fenómenos de êxodo rural que condenaram ao abandono espaços outrora povoados.

O desafio coloca-se, assim, a nível da valorização das relações internacionais e cooperação transfronteiriça, sem que tal signifique a diminuição da identidade nacional.

1.2 Clima

Cabinda encontra-se nos limites da zona climática equatorial, sendo considerados dois tipos de clima:

- Clima de savana que abrange a área litoral baixa;
- Clima tropical húmido que abrange a área montanhosa e semi-montanhosa a Nordeste da província.

Duas estações distinguem-se ao longo do ano: uma chuvosa, com a duração de aproximadamente seis meses no litoral (Novembro a Abril) e cerca de sete meses no interior (meados de Outubro a meados de Maio), e uma estação seca durante os restantes meses do ano, podendo-se considerar Maio e Outubro como meses de transição.

No que se refere à temperatura, os valores médios anuais são sempre superiores a 24°. A amplitude da variação média anual da temperatura é inferior a 10°. O mês de Março (no litoral) ou o de Abril (no interior) registam as temperaturas médias mais elevadas, rondando os 27°. É na estação seca, durante os meses de Julho e Agosto, que se registam as temperaturas mais baixas, rondando os 21°.

Os valores da quantidade de pluviosidade vão aumentando do litoral para o interior da província, acompanhando o aumento de altitude. Deste modo, na cidade de Cabinda (litoral), onde a altitude ronda os 20 metros, a pluviosidade média anual é de 844 mm, enquanto que no interior, no município do Buco Zau, com altitudes de 350 metros, os valores são superiores a 1.350 mm e no Belize chegam a ser ultrapassados os 1.800 mm.

Durante a estação seca (cacimbo), a pluviosidade é praticamente nula, aumentando o número de dias com névoa e diminuindo a quantidade de insolação directa. Nos meses de Junho, Julho e Agosto os valores de pluviosidade são inferiores a 1mm, enquanto no mês de Maio (momento de transição de estação), durante 10 a 12 dias registam-se valores diários superiores a 10mm, aumentando para um período de 15 dias nos municípios de Buco Zau e do Belize.

Na província, a humidade relativa apresenta valores médios anuais muito elevados. Na cidade de Cabinda registam-se valores médios anuais de 86% e, em Buco Zau, 88%. Uma vez que a variação dos valores mensais é bastante reduzida, não se podem considerar meses com valores elevados e meses com valores baixos.

1.3 Demografia

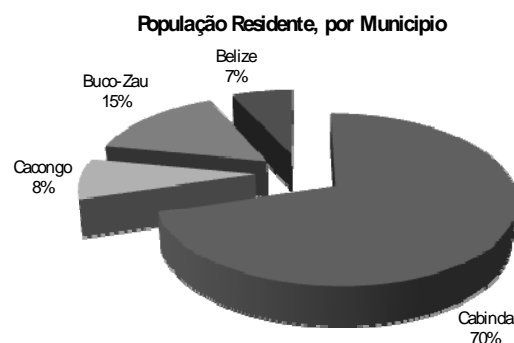
O último censo da população foi realizado em 1984, tendo decorrido mais de um quarto de século sem que tivesse sido realizado novo recenseamento da população. Os resultados apurados à época apontavam para uma população total de 105.784.

Em 2002, o Departamento de Estatística do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) do Governo Provincial realizou uma contagem da população de Cabinda. Embora esta contagem não tenha a validade de um recenseamento populacional e possa, neste momento, encontrar-se já desactualizada, constitui a referência mais fiável de que dispomos. Deste modo, os dados que se seguem são baseados na contagem de 2002, realizada pelo Departamento de Estatística do GEPE.

A estimativa da população residente apontava, em 2002, para um total de 228.233 habitantes. Contudo, é credível que este número esteja aquém da actual realidade demográfica da província

Efectivamente, desde 2002, as condições politico-militares vividas até então, alteraram-se substancialmente. Angola é hoje um país em paz, o que, em termos demográficos, se traduziu no regresso de um número significativo de refugiados de guerra que se encontravam em países limítrofes.

Neste sentido, o Governo Provincial decidiu considerar, para efeitos de actualização da estimativa da população residente, a taxa média de crescimento anual da população em Angola, calculada em 3% (estimativa do Fundo das Nações Unidas para a População).



Estimativa do crescimento da população residente na província de Cabinda (2002-2007)

Ano	Estimativa da População Residente	Crescimento Médio Anual da População (%)
2002	228.233	6,847
2003	235.080	7,052
2004	242.132	7,264
2005	249.396	7,482
2006	256.878	7,706
2007	264.585	7,938

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

De acordo com as estimativas de crescimento médio anual da população e comparando os valores estimados em 2002 e os calculados para 2007, verifica-se um crescimento de 15,9%.

Assim, os quadros seguintes apresentam os dados da população desagregados por sexo, grupo etário e distribuição territorial são as constantes na estimativa de 2002, oficialmente reconhecida como a mais fiável.

População Residente na Província de Cabinda, por Município e Comuna

	TOTAL	HOMENS	MULHERES	%	VARIAÇÃO 1984/2002
PROVÍNCIA DE CABINDA	228.233	113.761	114.472	100,0	115,75
Município de Cabinda	160.380	81.189	79.191	70,3	153,19
Comuna Sede	133.014	65.770	67.244	58,3	119,59
Comuna do Malembo	6.408	3.172	3.236	2,8	47,62
Comuna do Tando Zinze	20.958	12.47	8.711	9,2	148,67
Município de Cacongo	18.070	8.633	9.437	7,9	46,84
Comuna Sede	10.324	4.854	5.470	4,5	29,95
Comuna do Dinge	4.453	2.119	2.334	2,0	45,33
Comuna do Massabi	3.293	1.660	1.633	1,4	153,70
Município de Bucu-Zau	34.521	16.309	18.212	15,1	98,91
Comuna Sede	23.279	10.665	12.614	10,2	103,38
Comuna Inhuca	649	321	328	0,3	75,41
Comuna do Necuto	10.593	5.323	5.270	4,6	91,24
Município de Belize	15.262	7.630	7.632	6,7	19,43
Comuna Sede	6.182	2.927	3.255	2,7	(8,01)
Comuna Luali	1.948	1.009	939	0,9	(19,67)

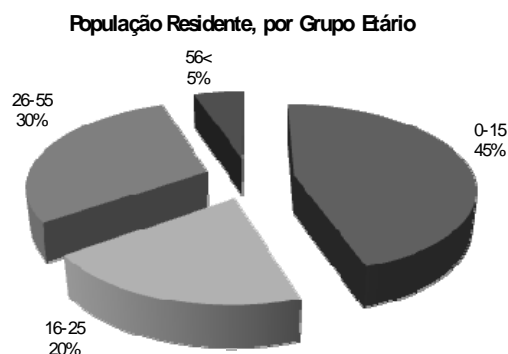
Comuna Miconje	7.132	3.694	3.438	3,1	96,26
----------------	-------	-------	-------	-----	-------

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

O município de Cabinda congrega mais de 160 mil habitantes, o que corresponde a pouco mais de 70% da população total da província. A comuna sede (Cabinda) congrega aproximadamente 60% da população total da província.

Da análise comparativa entre o último censo geral da população (1984) e a contagem realizada em 2002, verificou-se um aumento da população em 116%. Esta variação da população foi particularmente sentida no município de Cabinda, com um aumento da sua população em mais de 150%. Apenas a comuna-sede e Luali apresentam uma variação negativa da população residente no período em análise.

Analisando a estrutura etária da população em Cabinda, esta apresenta-se bastante jovem com quase 65% da população com menos de 25 anos. Destaca-se o facto de 45% da população ter menos de 15 anos de idade.



A população com mais de 56 anos representa apenas 5,2% do total de habitantes da província, reflectindo uma esperança média de vida muito baixa.

População Residente na Província, por Grupo Etário

	Total	0-15	16-25	26-55	56 <
Município de Cabinda	160.380	46,0	21,0	28,8	3,9
Município de Cacongo	18.070	46,0	19,5	27,0	7,2
Município de Buco Zau	34.521	39,8	18,7	33,6	7,9
Município de Belize	15.262	42,3	16,4	29,7	11,4
PROVINCIA DE CABINDA	228.233	45	20,3	29,5	5,2

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

Por outro lado, a província de Cabinda apresenta uma densidade populacional de 31 habitantes por Km². O município de Cabinda evidencia, naturalmente, a maior densidade populacional com 109 Km².

A ocupação do território é condicionada por múltiplos factores, entre os quais se destacam a mobilidade e o acesso a equipamentos e serviços de apoio à população. Em Cabinda, o sistema de povoamento acompanha a tendência nacional de concentração na sede da província e sedes dos quatro municípios.

1.4 Caracterização da Actividade Económica

1.4.1 Agricultura e Pesca

Um dos desafios que se coloca à definição de um modelo operacional de desenvolvimento da Província de Cabinda sob a formulação "Apostar nos recursos produtivos endógenos", está directamente associado ao reconhecimento do potencial económico que reside na exploração sustentada dos recursos naturais de Cabinda que assinalam as especificidades da Província.

Neste domínio enquadram-se dois sectores da actividade económica: Agricultura e Pesca.

Se é unânime que nenhum destes sectores de actividade tem condições, a breve trecho, para atingir os níveis de produção e o peso relativo na economia local e nacional dos sectores anteriormente referidos, é consensual o papel que jogam na normalização da vida das comunidades locais, apresentando potencialidades de desenvolvimento empresarial no futuro de médio e longo prazo.

A avaliação do potencial agro-ecológico da Província indica que dos 7.283 Km² da área total (excluídas lagoas e rios), cerca de 471.900 hectares são terras com potencialidades para a agricultura (64,4 % do total). Estas potencialidades apresentam a seguinte distribuição:

- Áreas potencialmente cultiváveis: 471.900 ha - 66,4 %
- Terras de 1ª categoria: 122.400 ha - 17,2 %
- Terras de 2ª categoria: 306.900 ha - 43,2 %
- Áreas com adaptabilidade agrícola limitada: 42.600 ha - 6,0 %

Assim, no domínio da agricultura, os solos férteis da Província associados as condições climáticas são favoráveis a prática agrícola. Cabinda apresenta potencialidades para as culturas do café, cacau, dendem, milho, feijão, ginguba, mandioca, banana, abacaxi, cujas produções se adequam ao desenvolvimento do sector agrícola empresarial.

Porém, para o desenvolvimento deste sector assume particular relevância a emergência de capacidades para adopção de técnicas e tecnologias de produção e para a normalização e desenvolvimento dos circuitos de distribuição e comercialização dos bens agrícolas, factores que dependem, em grande parte, do esforço de investimento dos agentes privados. Daí que numa primeira fase do processo de desenvolvimento, a agricultura em Cabinda deva ser sobretudo de carácter familiar, vocacionada para a auto-suficiência alimentar, contribuindo no entanto para a reanimação dos mercados locais e das trocas mercantis e, conseqüentemente, para a revitalização das economias de base local.

Relativamente à pesca, a extensão de costa da Província constitui um potencial evidente para o desenvolvimento da actividade. Embora a Província não conte com a diversidade e

quantidade de recursos haliéuticos das Províncias do sul de Angola (Namibe e Benguela) apresenta potencialidades naturais para o desenvolvimento da cadeia de valor da pesca (desde a captura à transformação e comercialização), capaz de garantir a melhoria da dieta alimentar das populações e diminuir a dependência de abastecimento do resto do País.

Contudo, nesta fase do processo de desenvolvimento económico e social, o sector pesqueiro é ainda dominado pela pesca artesanal, do total das capturas realizadas em 2006, a pesca artesanal marítima capturou 418,132 ton. de pescado diverso enquanto que a pesca semi-industrial capturou apenas 12,510 ton.

Quanto às licenças de pesca foram emitidas 1.675 licenças renovadas 70 licenças. A Província arrecadou 3.418.914,50 KZ na emissão e renovação de licenças de pesca artesanal.

Esta predominância do sector artesanal deve-se sobretudo à ausência de infra-estruturas de apoio à actividade, à desorganização dos sistemas de distribuição e comercialização do pescado e à descapitalização dos operadores do sector que se reflecte na insuficiência de embarcações de pesca industrial e, conseqüentemente, na fraca capacidade de aumento das capturas; estrangimentos estes que, conjugados, condicionam o desenvolvimento das actividades de transformação do pescado.

É contudo importante assinalar o esforço desenvolvido durante o ano de 2006 no domínio da reorganização das comunidades e melhoria no sistema de vendas, tendo-se adoptado para a primeira venda (do pescador para a peixeira ou consumidor directo), o uso da balança na maior comunidade da província (Lombo-Lombo). No âmbito do projecto de desenvolvimento das comunidades iniciaram-se as obras de construção do Centro de Apoio Integrado de Lândana.

Em síntese, a agricultura e as pescas são sectores de actividades que na actual fase do processo de desenvolvimento da Província ocupam uma posição de destaque ao nível da normalização da vida das comunidades locais e da reanimação das económicas de base local. O seu desenvolvimento numa perspectiva empresarial, vocacionada para o mercado é determinado pela capacidade de investimento dos agentes privados (onde a adequação do sistema de crédito joga um papel essencial) e pelo esforço de formação e qualificação dos gestores nacionais, bem como pela adopção de políticas de incentivo à produção e iniciativa nacional.

1.4.2 Fileira Florestal

Cabinda sempre foi conhecida pela exploração florestal e pela excelente qualidade da sua madeira. Esta imagem de marca é uma potencialidade, em si, que importa preservar e igualmente manter através da qualificação dos recursos florestais. As condições edafo-

climáticas de Cabinda propiciam o desenvolvimento da produção florestal que, de modo expressivo, é fruto da regeneração natural das espécies. O Maiombe constitui um recurso de grande importância para a revitalização da economia da Província, sustentada na diversidade dos tipos de madeira com valor económico reconhecido. A procura nos mercados nacional e internacional dos tipos de madeira existentes no Maiombe constitui, efectivamente, uma oportunidade de desenvolvimento da fileira florestal que importa aproveitar de forma equilibrada e sustentada. A situação de paz que se vive em Angola, associada aos grandes desafios de reconstrução de infra-estruturas para o desenvolvimento social e económico a nível nacional, conduziu necessariamente ao crescimento da indústria de construção civil associada as obras públicas, sendo, por isso, previsível o aumento significativo da procura nacional de madeira, esperando-se, igualmente, o crescimento da sua procura no mercado internacional.

O potencial natural, a tradição e o know-how existentes, a capacidade produtiva já instalada, a procura dos mercados nacional e internacional, são factores que justificam o reconhecimento da floresta como um recurso endógeno a aproveitar no quadro do desenvolvimento económico e social da Província de Cabinda, cujos efeitos se farão sentir, quer no contexto local, quer no âmbito da economia nacional.



De acordo com levantamentos recentes, Cabinda apresenta o seguinte potencial de exploração florestal:

- Áreas de potencial florestal: 238.600 ha - 33,6 %
 - Áreas florestais activamente exploradas: 106.650 ha - 14,9 %
 - Áreas florestais com aproveitamento potencial: 132.950 ha - 18,7 %

Os recursos florestais são, a seguir ao petróleo, os mais explorados, constituindo uma das principais receitas das exportações realizadas pela Província. Cabinda tem um potencial de produção na ordem dos 150.000 m³/ano. A parte do Maiombe que pertence a Cabinda abrange cerca de 200.000 hectares, dos quais tem interesse real 175.000 ha – o chamado Alto e Médio – Maiombe.

Espécies Licenciadas

ESPÉCIES	VOLUME LIC. (M ³)
Madeira em Toro	1
Licenças Emitidas	36
Volumes (m ³)	23.873,750
Lenha	

Licenças Emitidas	2
Volumes (Steers)	308
Carvão Vegetal	
Licenças Emitidas	8
Quantidades (Kgs)	232.000
Aproveitamento de Desperdícios	
Licenças Emitidas	1
Volumes (m ³)	18.600

Fonte: Relatório de Actividades do Governo Provincial de Cabinda 2006

Em 2006, relativamente ao movimento de embarque, foram embarcados, para o mercado nacional 6.088,648 m³, entre tábuas, barrotes, vigas, pranchas e ripas diversas em regime de cabotagem e exportados 8.232,789 m³ de madeira em toro.

As espécies mais procuradas pelo mercado internacional são a Longui Branco (cerca de 46% da madeira em toro exportada), Tacula (16%) e Bengé (9%).

São múltiplas as questões que envolvem o desenvolvimento da fileira da floresta. Para além da exploração, que se encontra directamente associada ao ordenamento florestal e a qualificação do sistema de extracção que vise a sustentabilidade e renovação dos recursos, a transformação nas suas diversas vertentes – produtos semi-acabados, acabados, mobiliário, etc. – assume um papel central no desenvolvimento da fileira, com efeitos positivos no reforço da base económica local e no alargamento do mercado de emprego. Neste capítulo justifica-se equacionar a criação de condições de formação e qualificação profissional vocacionadas para a exploração e transformação da madeira, reforçando as valências produtivas da Província e qualificando funcionalmente Cabinda.

Esta situação, conjugada com outros factores, pode vir a consolidar uma rede urbana importante a nível provincial, assente nos actuais centros e a reforçar centralidades importantes para a afirmação da Província no contexto nacional e na relação com os espaços vizinhos localizados nos "Congos", constituindo um forte elemento de coesão territorial.

Contudo, o desenvolvimento da fileira florestal implica uma especial atenção sobre os mecanismos de fiscalização e regulação da extracção e dos sistemas de comercialização da madeira, garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais. Afigura-se igualmente de grande relevância equacionar a organização do sistema produtivo, tendo em consideração o aproveitamento das economias de escala alicerçadas na adequação técnica e tecnológica à exploração e transformação dos produtos da floresta.

1.4.3 Indústria e Comércio

A Província de Cabinda apresenta um tecido empresarial débil, pouco diversificado e com grandes dificuldades de reacção para uma economia competitiva.

No que toca à indústria transformadora, os ramos de actividade que se destacam, pelo número de empresas em funcionamento, são o Alimentar (Panificação, Pastelarias e Geladarias), as Confecções, a Madeireira, a Metalomecânica e os Materiais de Construção.

A indústria extractiva na Província tem pouca expressão, à excepção da indústria petrolífera (já referida no ponto 1.1.6.3), da exploração artesanal de aura e da extracção de inertes para a construção civil. Há ainda outras pequenas actividades desenvolvidas de forma esporádica.

No que respeita à actividade comercial, no sector formal a Província continua dependente das importações destacando-se, de entre os principais produtos importados, os bens alimentares, as bebidas, os materiais de construção, os electrodomésticos e as matérias-primas. No que se refere ao mercado informal existe uma tendência de crescimento da actividade, facto que conduziu ao aumento da fiscalização das autoridades competentes no sentido de evitar a pratica ilícita de venda de produtos sem cumprimento das regras vigentes.

A arrecadação de receitas por parte do Estado, provenientes dos serviços comerciais, cifrara em 817.159,00 KZ, durante o ano de 2006.

A rede comercial e de prestação de serviços mercantis no período esta espelhado no quadro a seguir:

Licenças Emitidas para o Exercício da Actividade Comercial, por Município (2006)

	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize	Total
Comércio Misto	1				1
Comércio por Grosso	61	1	1		1
Comércio a Retalho	30				3
Comércio Geral	119	2	3	1	6
Comércio Preçário	49				5
Comércio Ambulante	15				52
Prestação de Serviços	51	1			
Concessionários	3				
TOTAL GERAL	329	4	4	1	68

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

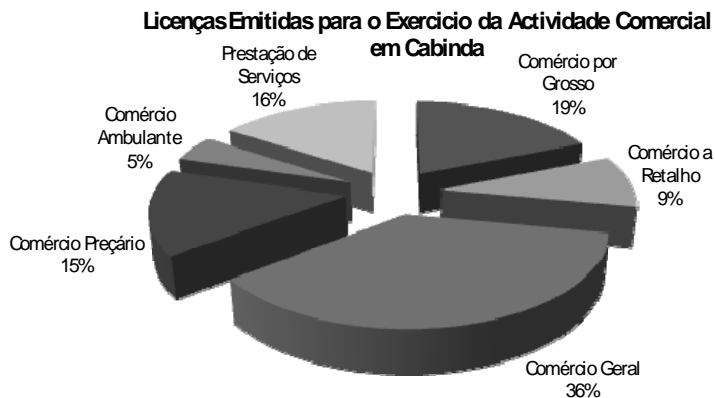
Note-se que a maior parte dos estabelecimentos localizam-se no município Sede Cabinda.

Refira-se ainda que nos últimos dois anos tem vindo a ser dinamizado o comércio rural através da realização de feiras agropecuárias, de forma a facilitar o escoamento dos produtos agrícolas produzidos na Província.

No que diz respeito ao comércio externo, em 2006, a Província de Cabinda tinha em funcionamento 482 operadores, dos quais, 360 no ramo comercial, 84 no ramo industrial e 38 exportadores. Refira-se que só em 2006 entraram em actividade 65 novos operadores.

Apresentam-se de seguida os principais dados referentes às actividades de importação e exportação em 2006.

Em 2006 foram franqueadas 8.582 facturas para importação no valor de 347.259.186,30 USD, o que representa um crescimento de aproximadamente 0,8% face ao ano anterior.



No que se refere às exportações foram franqueadas 307 facturas o que corresponde a um valor de 9.046.542.288,92 USD. Em termos percentuais, houve um crescimento na ordem dos 26% em relação ao ano anterior. Note-se que as exportações estão a crescer a um ritmo superior às importações o que indicia um bom desempenho da Balança Comercial Regional.

1.4.4 Turismo e Hotelaria

A rede hoteleira da Província é deficitária, nomeadamente em termos qualitativos, se se atender aos padrões de qualidade exigidos pela Organização Mundial do Turismo, e quantitativos tendo em conta a procura crescente de alojamento que se tem verificado na Província.

No capítulo da restauração e similares os estabelecimentos existentes encontram-se maioritariamente localizados na cidade de Cabinda e na sua área de influência. Actualmente a rede é constituída por 25 restaurantes, 3 Cervejarias, 4 Dancings, 5 Discotecas.

1.4.5 Energia

Em 2002, a situação prevalecente na província de Cabinda era extremamente difícil, com abastecimento por zonas e durante poucas horas diárias.

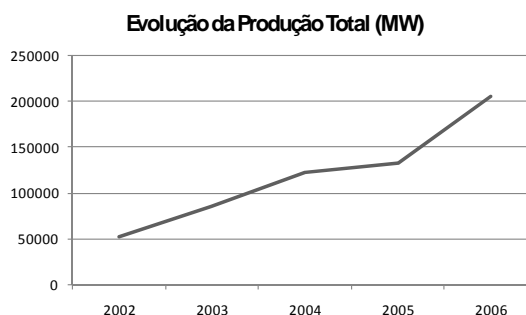
As necessidades estimavam-se 25 MW e a capacidade de produção efectiva era somente de 11,9 MW.

Na expectativa de que a Empresa Nacional de Electricidade (ENE), a quem cabe a responsabilidade do fornecimento de energia, resolvesse, no prazo máximo de um ano, as avarias nos geradores existentes, o Governo

Provincial decidiu, em 2003, assumir o aluguer de um conjunto de geradores, numa acção transitória, até que a ENE reassumisse o abastecimento regular de energia. Apenas em Janeiro de 2007, os custos associados à produção de energia passaram a ser assumidos pela ENE.

Como é evidente, o deficiente abastecimento de energia eléctrica condiciona de forma definitiva a diversificação da economia provincial e, nomeadamente, a afirmação do sector industrial.

Contudo, importa sublinhar o esforço realizado nos últimos 8 anos pelo Governo Provincial, tendo em vista a melhoria do sistema de fornecimento de energia eléctrica às populações. A produção é assegurada através da nova central diesel alugada pelo Governo Provincial. A capacidade de produção quadruplicou, face a 2002, e já ultrapassa os 52 MW.



Evolução da Capacidade de Produção Instalada e Efectiva de Energia na Província

	2002	2003	2004	2005	2006
Total de Unidades de	16	51	62	70	68

Produção					
▪ Operacionais	13	41	48	54	59
▪ Avariadas	3	10	14	16	9
Potência Instalada (MW)	30,3	48,2	62,6	71,3	68,3
Capacidade de Produção Efectiva	11,9	30,9	39,7	48,6	52,5
Produção Total (MW)	52.991	85.935	122.181	132.457	204.580

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

Nas zonas rurais foram, igualmente, instalados geradores em várias localidades. Foi instalada uma nova rede de iluminação pública nos bairros periféricos da cidade de Cabinda, bem como a instalação de candeeiros de iluminação pública com painéis solares em diversas localidades.

O fornecimento de energia eléctrica constitui um dos programas específicos do governo da província, consumindo anualmente uma verba muito elevada do seu orçamento, ultrapassando, em 2006, a fasquia de um milhão de dólares mensais.

Distribuição das Unidades de Produção

Localização	Qtd.	Potência	Unidade	Marca	Potência Instalada (MW/Hora)
Cabinda-Malongo (Turbina)	1	10	MW		10
Cabinda-Malongo (Grupos a Gás)	5	2,2	MW	Waukesha	11
Cabinda-Malongo (Alugadas)	29	1	MW	Camms	29
Cabinda Subestação (Grupos Alugados)	6	1	MW	Camms	6
Cabinda – Povo Grande	1	1	MW	Camms	1
Cabinda – Madombolo	1	1	MW	Camms	1
Cabinda-Chiweca	1	1	MW	Camms	1
Lândana	1	0,26	MW	Volvo	0,36
Lândana	1	0,472	MW	Caterpillar	0,472
Lândana (Grupos Aggreko)	1	1	MW	Camms	1
Fortaleza Aldeia	1	120	KVA	Kohler	0,096
Iema – Posto Fronteiriço	1	26	KVA	Kohler	0,0208
Siadede	1	200	KVA	Caterpillar	0,16
Tando-Zinze	1	250	KVA	Kohler	0,2
Zenze do Lucula	1	250	KVA	Caterpillar	0,2
Dinge	1	440	KVA	Gesan	0,352
Massabi	1	275	KVA	Olympian	0,22
Nhuca	1	150	KVA	Kohler	0,12
Buco-Zau	1	600	KVA	Kohler	0,48
Buco –Zau (Grupos Aggreko)	1	1	MW	Camms	1
Quissamo	1	220	KVA	GE	0,176
Aldeia Amaro Tati	1	30	KVA	Kohler	0,024
Necuto	1	250	KVA	Caterpillar	0,2

Ganda Congo	1	110	KVA	Olympian	0,088
Belize	1	600	KVA	Caterpillar	0,48
Belize (Grupos Aggreko)	1	1	MW	Camms	1
Luili	1	400	KVA	Volvo	0,32
Caio Guembo	1	220	KVA	Volvo	0,176
Miconge-Sanga Planície	1	250	KVA	Volvo	0,2
Sistema do Luvassa Norte	1	1	MW	Camms	1
Sistema do Luvassa Sul	1	1	MW	Camms	1

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

Não se gera na província energia hidroeléctrica, estando, contudo, em curso um estudo para a montagem de mini-hídricas no município de Belize, comuna de Sanga Planície.

De referir, por último a importância estratégica da construção da linha de transporte Inga/Muanda/Cabinda, envolvendo um investimento orçado em 20 milhões de USD e que poderá permitir à província beneficiar, no horizonte de dois anos, de energia da barragem de Inga, da República Democrática do Congo (RDC). Trata-se de um investimento estratégico e que permitirá reduzir a dependência da província face aos dispendiosos geradores.

1.4.6 Transportes

No que se refere aos transportes terrestres, a Província dispõe de uma empresa pública de transportes que assegura as ligações entre todos os municípios e comunas.

Relativamente aos transportes marítimos, o Porto de Cabinda, apesar de algumas melhorias em termos de infraestruturas e equipamentos, depara-se ainda com grandes dificuldades para dar resposta à dinâmica económica que caracteriza a Província e que se reflecte na crescente procura dos seus serviços, provocando, por vezes, estrangulamentos ao normal funcionamento da actividade económica.

De acordo com os dados constantes do último balanço da acção governativa da província para o período 2002-2006, a carga manipulada no porto de Cabinda atingiu os seguintes valores.

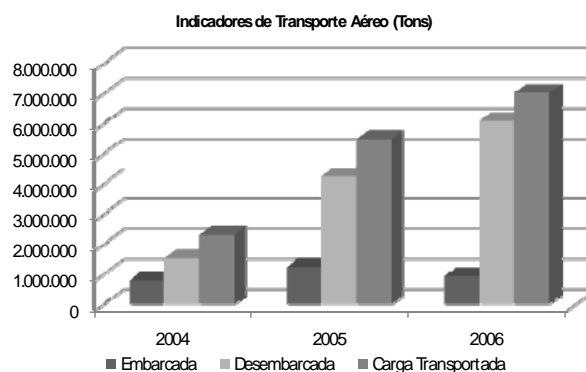
Carga Manipulada pelo Porto de Cabinda

	2004	2005	2006
Carga Carregada	28.100	96.800	36.754
Carga Descarregada	53.500	78.800	188.653
Carga Manipulada	81.600	175.600	225.407

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

Apesar das dificuldades, é de realçar o crescimento da carga manipulada, em especial a carga descarregada que quase quadruplicou no espaço de 3 anos.

No que se refere ao transporte aéreo, a Província de Cabinda tem assistido a um crescimento significativo desta actividade, que se reflecte quer em número de passageiros transportados quer em número de voos realizados semanalmente. A título de exemplo, refira-se que os voos regulares passaram de 14 em 2002 para 56 em 2006.



Indicadores de Transporte Aéreo (Tons)

	2004	2005	2006
Movimento Aéreo	16.944	17.740	25.329
▪ Aterragens	8.492	8.872	12.677
▪ Descolagens	8.452	8.868	12.652
Carga Transportada	2.305.752	5.491.372	7.018.496
▪ Embarcada	782.252	1.247.966	935.915
▪ Desembarcada	1.523.500	4.243.406	6.082.580
Passageiros	177.975	188.461	222.321
▪ Embarcados	94.553	94.994	117.545
▪ Desembarcados	83.422	93.467	104.776
Correio Transportado	3.226	9.383	10.580
▪ Embarcado	362	2.921	4.558
▪ Desembarcado	2.964	6.462	6.022

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

Este crescimento é indissociável da inauguração, em 2009, do **novo aeroporto de Cabinda**, o qual foi concebido para ter dimensão internacional, tanto a nível de atendimento aos passageiros, como a nível de assistência à navegação aérea e qualidade de imagem.

É o segundo aeroporto do país, em termos de envergadura, depois do de Luanda. A sua sala de embarque tem capacidade para atender cerca de 300 passageiros, o que significa que pode gerir, simultaneamente, dois Boeing 737. O aeroporto dispõe, ainda, de sala de

embarque, salas de check in e de desembarque, espaço de contentorização de bagagem com equipamentos de raios x, alfândega, dois restaurantes e um bar.

A torre de controlo foi reabilitada e dispõe de equipamento moderno. A sua pista (actualmente com 2.500 metros), vai ser alongada em termos de comprimento e largura, devidamente iluminada, melhorada em matéria de qualidade do piso e vai dispor de um serviço permanente de conservação. A placa do aeroporto também será mais extensa.

No aeroporto existem espaços para bancos comerciais, serviços de Rent a Car, lojas, quiosques, perfumarias, entre outros. Na parte frontal existe um enorme parque de estacionamento, onde também serão instalados serviços de táxis.

1.4.7 Telecomunicações

A Província de Cabinda conta com os serviços dos 3 principais operadores de telecomunicações: Angola Telecom, para a rede fixa, e a UNITEL e a MOVICEL para a rede móvel.

A Angola Telecom é a única operadora que cobre a rede de telecomunicações, a nível de toda a extensão da província.

Os últimos dados estatísticos para o sector são relativos a 2006 e apontavam para a seguinte situação, a nível da rede de telefone fixo.

Rede de Telefone Fixo na Província

Central	Capacidade Linhas	Taxa de Ocupação (%)
Cabinda	5.000	65
Cacongo	28	46
Buco Zau	14	86
Belize	14	64
Massabi	4	100
Dinge	4	75
Necuto	4	0
Iema	4	75
Tando Zinze	1	100
Malembo	14	0

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

A taxa de ocupação total revela que existe espaço para o crescimento do sector das telecomunicações, permitindo a adesão de um maior número de utilizadores da rede fixa. O quadro anterior revela, ainda, que entre os municípios a rede é ainda deficitária, concentrando-se as linhas na sede da província.

No que se refere à rede móvel, tem-se verificado, nos últimos anos, um alargamento progressivo da cobertura territorial da UNITEL e MOVICEL.

1.4.8 Serviços Bancários

Na Província de Cabinda, para além do Banco Nacional de Angola, funcionam mais sete agências bancárias, das quais, duas de bancos comerciais públicos – Banco de Comércio e Indústria e Banco de Poupança e Crédito - e cinco privados – Banco Africano de Investimentos, Banco de Fomento de Angola, Caixa / Totta, Banco BIC e SOL, todos eles de direito angolano.

Está prevista a abertura de outros Bancos, tais como, o BCA, Novo Banco, Banco de Desenvolvimento de Angola e o Banco Espírito Santo Angola, que não deixará de constituir um contributo para o fortalecimento da economia da região, diversificar os produtos e melhorar a qualidade dos serviços prestados e conseqüentemente uma melhoria do nível de vida dos consumidores.

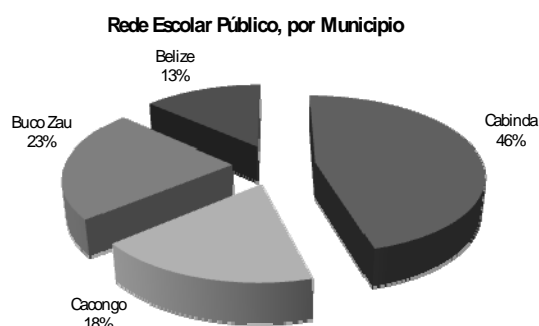
A actividade da banca comercial tem revelado um crescimento dos principais indicadores monetários na região, tais como, os saldos em caixa em moeda nacional, depósitos à ordem e a prazo em moeda nacional e estrangeira e saldos da carteira de crédito em moeda nacional e estrangeira, tendo estes contribuído para a consolidação do sistema bancário na província.

1.5 Caracterização dos Sectores Sociais

1.5.1 Educação

A rede escolar pública é constituída por 260 escolas, com um total de 1.385 salas de aulas. A rede privada é constituída por 21 estabelecimentos, todos eles localizados no Município de Cabinda, com 138 salas de aulas e 2.310 carteiras.

Neste momento o principal constrangimento na província coloca-se ao nível das infra-estruturas adequadas à formação, continuando a existir turmas a funcionar em capelas ou ao ar livre.



	Primária		I Ciclo		II Ciclo		Superior		TOTAL	
	Nº	Salas	Nº	Salas	Nº	Salas	N.	Salas	Escolas	Salas

		Esc.		Esc.		Esc.		Esc.			
Município Cabinda	de	103	594	6	116	7	118	3	18	119	846
Município Cacongo	de	42	183	3	23	2	14			47	220
Município de Buco Zau		56	139	2	18	1	6			59	163
Município de Belize		32	139	2	12	1	5			35	156
PROVINCIA CABINDA	DE	233	1055	13	169	11	143	3	18	260	1385

Fonte: Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

No que se refere ao quadro de pessoal da educação, Cabinda conta actualmente com 4.080 professores e 381 administrativos, dos quais cerca de 74% e 83% respectivamente, trabalham no Município de Cabinda.

Nesta área e ainda de realçar os Programas Específicos que tem vindo a ser implementados, desde 2002, pelo Governo da Província, dos quais se destacam:

- A Merenda Escolar: este projecto abrange, todos os anos lectivos, o universo das crianças matriculadas na Iniciação e 1º Nível de Ensino (até à 4ª classe). Com este programa tem-se registado a diminuição do índice de absentismo e o aumento do nível de aproveitamento dos alunos da iniciação à 4ª classe em relação aos anos anteriores.
- A Bata Escolar: consiste na distribuição de batas aos alunos do 1º Nível, em 2006 foram distribuídas cerca de 70.000 batas.
- O Kit Escolar: consistiu na distribuição de kits escolares aos alunos do 1º Nível, tendo envolvido um custo equivalente a cerca de 150.000 U5D.
- Bolsas de Estudo: este projecto tem como objectivo fomentar a formação superior dos jovens da Província, quer no estrangeiro, quer nas instituições de ensino superior a funcionar na Província.

1.5.2 Saúde

Segundo os últimos dados (oficiais) disponíveis, a situação da rede hospitalar era a seguinte:

Unidades Sanitárias com Estruturas em Bom Estado

	Cabinda	Caçongo	Buco-Zau	Belize	Total
Hospital Central	1				1
Maternidade 28 Agosto	1				1
Hospitais Municipais	1	1		1	3
Centros Saúde c/ Internamento	4		2		6
Centros Saúde s/ Internamento	4	1			5
Postos de Saúde	26	13	6	7	52
TOTAL GERAL	37	15	8	8	68

Fonte: Relatório de Actividades do Governo Provincial de Cabinda 2006

Ressalta-se que 25 Postos de Socorro funcionam em residências de enfermeiros ou em casas dos particulares (autoridades tradicionais).

Rede Hospital Privada e Farmácias (2006)

Rede Privada	
Clínica da Cabinda Gulf Oil Company	1
Centros Médicos	13
Postos de Enfermagem	20
Consultórios Médicos de Odontologia	1
Laboratórios de Análises Clínicas	3
Postos de Venda de Medicamentos	3
Farmácias	18
Consultório Médico	1

Fonte: Relatório de Actividades do Governo Provincial de Cabinda 2006

No que diz respeito às principais endemias e apesar do esforço que tem sido realizado pelo Governo para melhorar a saúde pública, nomeadamente, através dos programas anti-vectoriais e através da melhoria da limpeza urbana, a malária, tal como se pode constatar pelo quadro seguinte, continua a ser a patologia mais frequente na Província.

	HCC		28 Agosto		Municípios Interior	
	Casos	Óbitos	Casos	Óbitos	Nº Esc.	Salas
Malária + Anemia	3.912	311	2.469		54.446	56
Doenças Respiratórias Agudas	982	95	813		17.797	7
Tuberculose Pulmonar	97	19				
Doenças Diarreicas Agudas	235	22	393		7.192	3
SIDA	383	38	28		120	
Sarampo			32		150	6
Cólera			35			
Parasitas Intestinais					4.822	

Fonte: Relatório de Actividades do Governo Provincial de Cabinda 2006

Pelo seu impacto na rede sanitária da província, merece uma referência particular o novo hospital de referência que foi inaugurado em 2009 e que veio desafogar sensivelmente o Hospital Central.

Com efeito, em 2009 a rede sanitária da província de Cabinda foi reforçada com mais um hospital, no Bairro Primeiro de Maio, construído pelo Governo Provincial no âmbito do Programa de Investimentos Públicos. A nova unidade hospitalar custou sete milhões de dólares. No bairro existe um centro de saúde com mais de 30 anos, que é insuficiente para responder à procura dos utentes.

O edifício em construção tem 40 divisões para instalar gabinetes de consultas de especialidades, meios auxiliares de diagnóstico, enfermarias de internamento, bloco operatório e serviços de apoio. A unidade hospitalar vem juntar-se a outras infra-estruturas sociais construídas pelo Governo Provincial no Bairro Primeiro de Maio, como o parque de lazer, totalmente requalificado, a escola Comandante Dangereux, a rede viária, sistema de drenagens de águas pluviais, iluminação pública, aeroporto e bombas de combustíveis. O Hospital Primeiro de Maio é mais uma iniciativa do Governo Provincial inscrita na política de melhorar as estruturas sanitárias e aumentar a oferta e da qualidade dos serviços de saúde a prestar à população, de modos a descongestionar o Hospital Central de Cabinda.

O novo projecto de saúde concebido para o Hospital 28 de Agosto, uma unidade outrora virada somente para atender casos de portadores do vírus do HIV/SIDA, já começou a funcionar com as especialidades de cardiologia, estomatologia e optometria. As restantes especialidades médicas serão operacionalizadas gradualmente, à medida da disponibilidade de médicos e outros técnicos de saúde

Pretende-se que o hospital se afirme como uma referência a nível nacional, razão pela qual beneficia de equipamento de alta tecnologia, um investimento feito pelo Governo Provincial, avaliado em seis milhões de dólares, incluindo a formação de técnicos na África do Sul.

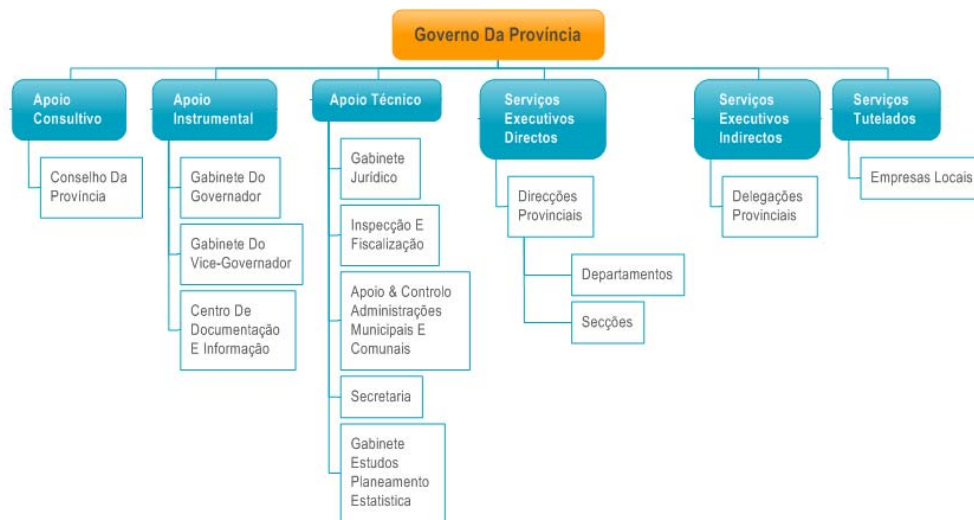
Para tirar o máximo proveito dos equipamentos instalados naquela unidade hospitalar, foi contratado um corpo clínico altamente especializado em Portugal e na África do Sul. Estão já em Cabinda uma cardiologista, um estomatologista, um optometrista e dois técnicos especialistas, um de laboratório e outro de cardiologia.

O Hospital 28 de Agosto, para além de tratar doenças ligadas ao coração, estomatologia e optometria, está dotado de tecnologia que permite efectuar exames de TAC, para além de operações de oftalmologia (cataratas) e mini-cirurgias.

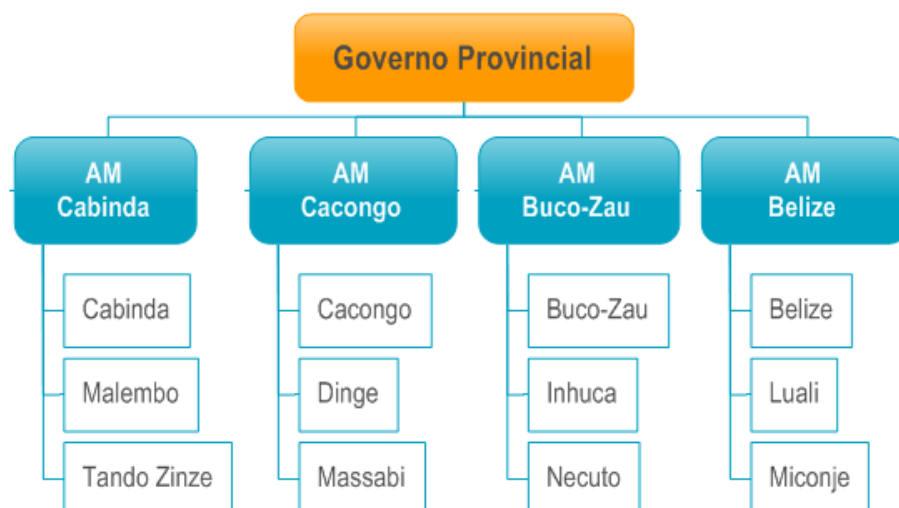
Também vão ser produzidas próteses dentárias. Tendo em atenção as exigências decorrentes da organização do CAN 2010, foi também implementado um serviço de ortopedia e traumatologia.

1.6 Estrutura da Administração Provincial

A Administração Provincial encontra-se organizada da seguinte forma:



No que diz respeito à dimensão territorial do Governo Provincial, Cabinda conta com 4 Administração Municipais que agrupam 12 comunas.



1.7 Os Principais Activos de Cabinda para Vencer o Desafio do Desenvolvimento

A província de Cabinda dispõe de um conjunto de activos, distribuídos por diferentes sectores de actividade, que configuram pontos fortes que, devidamente explorados, se poderão transformar em oportunidades ao serviço do projecto de desenvolvimento provincial.

Energia e Águas

Activos

- Existência de importantes lençóis freáticos na província.
- Boa rede de distribuição de fontanários (157 distribuídos por todo o território).

Oportunidades

- Disponibilidade de gás natural que poderá ser utilizado no funcionamento das infraestruturas de produção de energia eléctrica.

Transportes

Activos

- Boas condições de operacionalidade do aeroporto de Cabinda.
- Ligações aéreas frequentes com Luanda.
- Manutenção da funcionalidade do porto, apesar das limitações físicas e operacionais.
- Existência de linhas nacionais e internacionais que servem o porto de Cabinda.
- Existência de um tráfego marítimo cativo, associado à actividade petrolífera.
- Desenvolvimento de trabalhos de dragagem e de beneficiação das infraestruturas portuárias.

Oportunidades

- Valorização da importância das infraestruturas portuárias, em função da descontinuidade territorial.
- Acréscimo previsível da procura de serviços portuários associada ao desenvolvimento do parque industrial da Futila.
- Possibilidade de ampliação do aeroporto de Cabinda.
- Reorganização da rede de transportes terrestres na província.

Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pescas

Activos

- Existência de uma área arável disponível significativa, com boa aptidão agrícola e requerendo reduzido investimento para a tornar rentável.
- Ocorrência de situações favoráveis ao desenvolvimento de animais de pequeno porte, aves e ruminantes, principalmente em regime extensivo.
- Recursos florestais diversificados, com espécies "nobres", muito procuradas no mercado internacional.
- Tradição na actividade piscatória.

Oportunidades

- Introdução ou recuperação de culturas com impacto na actividade agro-industrial, como factor de reforço da base económica agrária.
- Importância relevante dos recursos florestais para a estruturação do sector industrial.
- Existência de um vasto mercado local e nacional caracterizado por reduzida oferta de produtos de origem animal.

Indústria, Comércio e Turismo

Activos

- Articulação entre os órgãos da administração central e a administração municipal para criação de infraestruturas de apoio à actividade económica.
- Disponibilidade de combustíveis de alimentação as unidades produtivas (gás natural).
- Base populacional jovem, cujo potencial reside na possibilidade de criação de jovens quadros e gestores.
- População com apetência natural par a actividade comercial.
- Tradição de exploração empresarial nos sectores da madeira e do petróleo.

Oportunidades

- Pólo Industrial da Futila enquanto dinamizador do desenvolvimento das actividades associadas à cadeia de valor do petróleo e à fileira florestal.
- Existência de recursos naturais com potencial aproveitamento económico, seja industrial bem como turístico.
- Perspectiva de investimentos avultados quer no fortalecimento da base produtiva quer na actividade hoteleira.

Habitação, Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente

Activos

- A criação de um conjunto de instrumentos de ordenamento e gestão do território, como são o caso dos Planos de Desenvolvimento Urbanístico ou do Plano de Ordenamento Territorial de Cabinda.
- Implementação de políticas de aumento de melhoria e aumento do parque habitacional.
- Intervenção nas áreas da limpeza urbana e do saneamento básico no casco urbano da cidade de Cabinda.

Oportunidades

- Requalificação da orla marítima da cidade.
- Recuperação de áreas urbanas degradadas.
- Existência de extensas áreas de baixa densidade, com capacidade para a expansão do parque habitacional.

Educação

Activos

- Cobertura razoável da rede escolar.

- Reduzido número de crianças fora do sistema de ensino.
 - Implementação de programas específicos na área educativa, por parte do Governo.
- Oportunidades**
- Construção do Campus Universitário de Cabinda.
 - Condições favoráveis à fixação da população em idade escolar e à frequência escolar em todos os municípios.

Saúde

Activos

- Cobertura razoável da rede sanitária em toda a extensão da província.

Oportunidades

- Construção do novo hospital pediátrico de Cabinda.
- Construção do novo hospital Central de Cabinda.

2. A Província de Cabinda Amanhã

2.1 Modelo de Desenvolvimento Territorial – A Inserção de Cabinda nas Dinâmicas Nacionais

Os objectivos que presidem à política de desenvolvimento territorial do país são:

1. Assegurar a todos os territórios as condições para uma melhoria sustentada da qualidade de vida das populações.
2. Integrar o território e criar um efectivo mercado interno, como elemento vital para o reforço da coesão nacional.
3. Fortalecer o território para o desafio da competitividade internacional, diversificando os espaços de projecção internacional de Angola.
4. Desenvolver uma economia urbana e industrial dinâmica que viabilize o crescimento e a modernização da agricultura e a valorização das produções rurais.

Neste contexto e O quadro actual e as opções estratégicas propostas apontam para que, em 2025, o território de Angola seja configurado por:

- Uma capital organizando uma região metropolitana com cerca de 6-7 milhões de habitantes, com fortes elementos de modernidade, concentrando as principais infraestruturas de internacionalização, sede dos principais grupos económicos e das empresas e instituições internacionais actuando no País. No entanto, continuará a ser uma cidade dual e a incapacidade de criação de emprego formal implicará a permanência da importância da economia informal e do auto-emprego, com as actividades agrícolas a terem grande importância na região metropolitana Luanda-Bengo.
- Uma segunda plataforma de internacionalização no eixo Benguela-Lobito, com base na indústria, nas actividades logísticas, em serviços avançados e num importante sector turístico.
- Uma aglomeração urbana dinâmica no centro geográfico do País (Huambo-Kuito) na base de actividades agro-pecuárias e industriais, sobretudo orientadas para o mercado nacional, e de serviços avançados de educação e investigação. Será o principal “carrefour” logístico do País e estará dotada com infraestruturas aeroportuárias para voos internacionais.
- Três eixos urbano-industriais em consolidação: um no corredor Luanda-Malange, com prolongamentos no Dondo na direcção de Quibala/Cela; o segundo, de Porto Amboim a Benguela com prolongamentos aos pólos de Lubango e Namibe, a sul, e uma expansão, a norte, para Gabela-Quibala-Cela; e o terceiro seguindo o caminho de ferro de Benguela até a Huambo-Kuito, prolongando-se até Luena. Estes eixos serão espaços de grande densidade urbana, de implantação industrial, de actividades agrícolas predominantemente orientadas para o mercado e de dinamização turística.
- Confirmando-se a viabilidade de exploração dos recursos minerais da Província de Uíge, promover a constituição de um corredor rodo-ferroviário, caso tenha viabilidade, em particular volume de tráfego, que assegure o escoamento dos minérios de Mavoio, para o Litoral, através do Porto de Soyo. Se tal vier a acontecer,

poderá ser fortalecido o eixo de desenvolvimento urbano Soyo - Mbanza Congo - Maquela do Zombo - Quimbele - Sanza Pombo.

- **Um importante pólo industrial e comercial em Cabinda, um pólo petroquímico e siderúrgico no Soyo, um pólo urbano, comercial e cultural em afirmação em Luena e um polo logístico potencial em Menongue.**
- Uma rede de pólos de equilíbrio que estruturam embriões de corredores de desenvolvimento nas áreas mais remotas onde o Estado concentra o essencial da sua actuação na perspectiva de promoção de uma maior equidade territorial. Entre esses corredores, a promover, destacam-se. a) um corredor longitudinal constituído por três segmentos com diferentes dinâmicas de desenvolvimento (Uíge-Malange, Malange-Huambo/Kuito e Huambo-Menongue-Mavinga, abrindo-se para o Botswana) que, no conjunto, pode vir, a longo prazo, a criar uma nova estruturação do território; e b) um corredor a leste articulando os principais centros deste espaço, de Dundo-Luachimo-Chitato a Luena e daqui a Mavinga. Deve ser devidamente avaliada a possibilidade de alargar a rede de pólos de equilíbrio, por forma a aumentar o grau de ocupação humana e económica de áreas de baixa densidade. Poderão ser os casos de Caiundo e dos municípios de Calai ou Dirico, na perspectiva de estruturar uma nova ligação à fronteira a partir de Menongue e para Lucusse e Chiune. O mesmo se poderá admitir para M'banza Congo.
- Um vasto conjunto de territórios remotos e ultra-periféricos, caracterizados por muito baixas densidades populacionais, ausência de aglomerações urbanas e muito fraca intensidade de relações económicas e fluxos de pessoas e bens, objecto de acções públicas visando a sua integração na economia nacional.

A distribuição relativa territorial da população não se terá alterado significativamente. As regiões de mais baixa densidade terão conseguido também duplicar a respectiva população, aproximando-se de limiares que, com uma adequada organização intra-provincial do povoamento, privilegiando uma rede de pólos secundários, poderão permitir o arranque de processos auto-sustentados de desenvolvimento.

As disparidades internas de desenvolvimento ter-se-ão reduzido, sobretudo porque as regiões urbano-industriais ganham posição relativamente às províncias do petróleo. As regiões mais remotas continuarão a necessitar de um crescente apoio do Estado para desenvolverem o seu tecido social e económico e as desigualdades intra-provinciais poderão mesmo ter aumentado.

Mas a dinâmica das desigualdades territoriais terá lugar num contexto de crescimento com melhoria generalizada das condições de vida da população.

2.2 Modelo de Desenvolvimento

A estratégia de desenvolvimento delineada para Angola no horizonte 2025, consubstancia 6 **eixos prioritários de desenvolvimento**:

- Eixo Prioritário 1 – Assegurar o Desenvolvimento, a Estabilização, as Reformas, a Coesão Social e a Democracia.
- Eixo Prioritário 2 – Promover a Expansão do Emprego e o Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

- Eixo Prioritário 3 – Recuperar e Desenvolver as Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento.
- Eixo Prioritário 4 – Promover o Desenvolvimento dos Sectores Económicos e Financeiros e a Competitividade.
- Eixo Prioritário 5 – Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado.
- Eixo Prioritário 6 – Promover a Coesão Nacional e o Desenvolvimento do Território.

Partindo destes eixos prioritários, o Governo Provincial delineou um programa provincial que visa proceder à aplicação destas orientações estratégicas no horizonte temporal de 2009-2013.

Neste sentido, a província definiu três **grandes opções de desenvolvimento**:

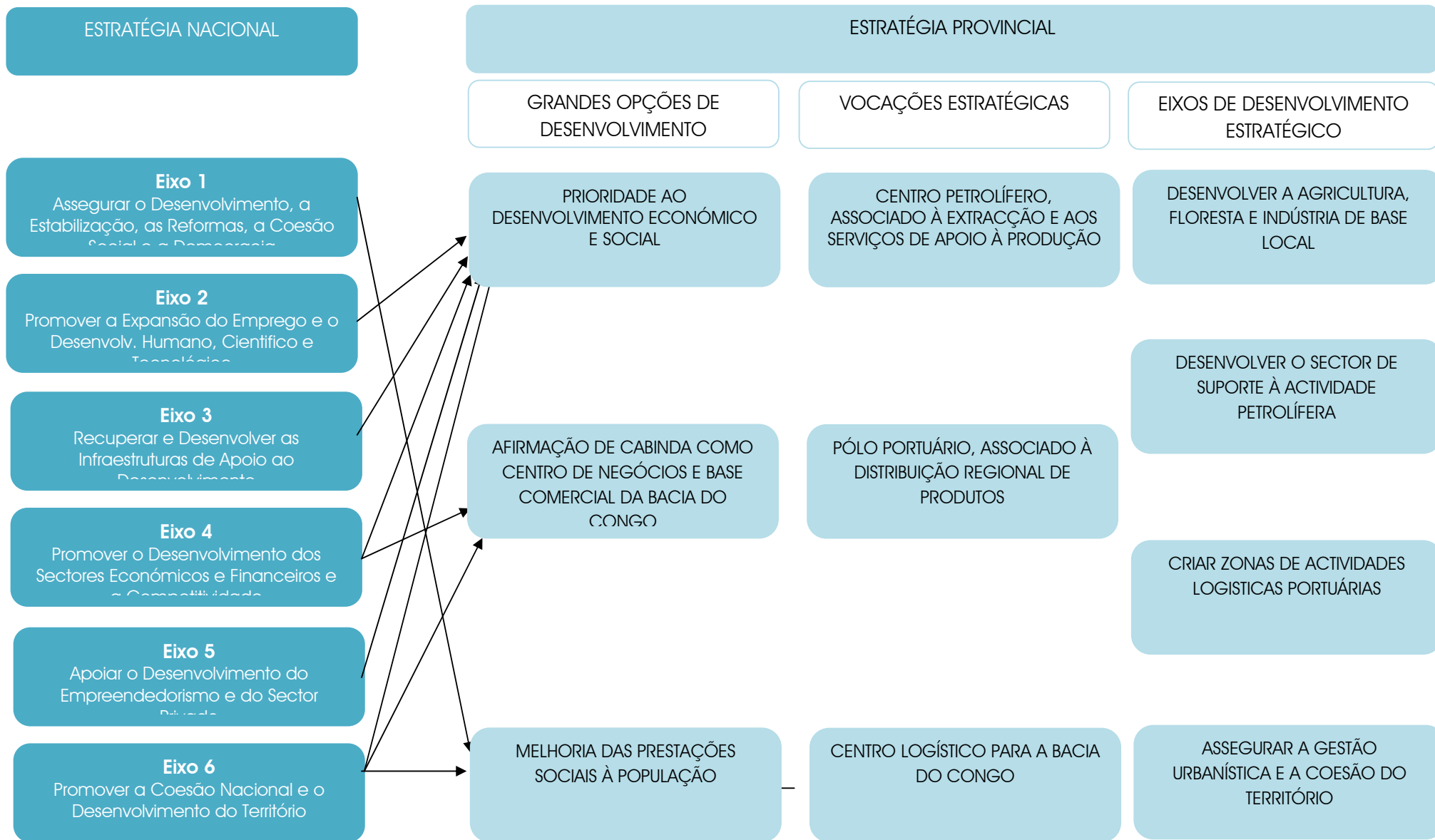
- Prioridade ao Desenvolvimento Económico e Social;
- Afirmação de Cabinda como Centro de Negócios e Base Comercial da Bacia do Congo;
- Melhoria das Prestações Sociais à População.

Estas grandes opções são, por seu turno, “alimentadas” **vocações estratégicas**.

- Centro Petrolífero, associado à extracção e aos serviços de apoio à produção;
- Pólo Portuário, associado à distribuição regional de produtos;
- Centro Logístico para a Bacia do Congo.

Finalmente, para que estas vocações estratégicas sejam cumpridas, foram definidos um conjunto de **eixos de desenvolvimento estratégico provincial**:

- Desenvolver a agricultura, floresta e indústria de base local;
- Desenvolver o sector de suporte à actividade petrolífera;
- Criar Zonas de Actividades Logísticas Portuárias
- Assegurar a Gestão Urbanística e a Coesão do Território.



2.3 Grandes Opções de Desenvolvimento

As três grandes opções de desenvolvimento assumidas pelo Governo Provincial de Cabinda envolvem um conjunto de medidas de política que passaremos a sistematizar.

Prioridade ao Desenvolvimento Económico e Social, enquanto factor de reforço da integração e complementaridade com o resto do país

- Desenvolvimento da base económica local (petróleo e actividades complementares, gás, madeiras e agricultura mercantil competitiva).
- Diversificação da estrutura produtiva local.
- Absorção da população em idade activa.
- Criação de Emprego.
- Aumento dos rendimentos das populações.
- Desenvolvimento das estruturas de apoio à actividade produtiva.

Afirmação de Cabinda como Centro de Negócios e Base Comercial da Bacia do Congo

- Desenvolvimento de actividades logísticas.
- Potenciação do posicionamento geo-estratégico de Cabinda face aos Congos, recuperando a função de entreposto para a zona do Baixo Congo (novo porto).
- Desenvolvimento das estruturas de suporte à actividade logística e comercial.

Melhoria das Prestações Sociais

- Qualificação da oferta de bens e serviços sociais.
- Aumento das prestações sociais.
- Extensão territorial das prestações sociais.

2.4 Vocações Estratégicas

Estas opções de desenvolvimento assentam, por seu turno, nas seguintes vocações estratégicas que derivam de um conjunto de activos provinciais:

Centro Petrolífero Associado à Extração e aos Serviços de Apoio à Produção

- Existência de recursos.
- Desenvolvimento contínuo da actividade produtiva.
- Capacidade instalada com potencial desenvolvimento.

Pólo Portuário Associado à Distribuição Regional de Produtos

- Localização geográfica da província face à região envolvente.
- Actividade portuária como alavanca de desenvolvimento.
- Fortalecimento da posição geopolítica de Angola no contexto da África Austral.

Centro Logístico para a Bacia do Congo

- Placa giratória de abastecimento dos Congos, recuperando a função de entreposto para a Zona do Baixo Congo.
- Desenvolvimento da cadeia de valor da logística de mercadorias.
- Aumento das receitas fiscais da província e do País.
- Reforço da integração e complementaridade com o resto do País.

2.5 Eixos de Desenvolvimento Estratégico

Considerando os eixos de Desenvolvimento Estratégico apresentados anteriormente para a Província de Cabinda, é possível confirmar a sua coerência com a estratégia definida a nível nacional para Angola. Assim sendo, e de acordo com o esquema anterior, os 4 Eixos de Desenvolvimento Estratégico apresentados para a Província articulam-se com os eixos delineados a nível nacional, da seguinte forma:

Desenvolvimento da agricultura, floresta e indústria de base local

No cerne deste eixo encontram-se as questões da revitalização e diversificação do tecido empresarial, promovendo o aproveitamento dos recursos endógenos, nomeadamente os recursos agrícolas e os recursos madeireiros. Este eixo reflecte de forma transversal os eixos que orientam a estratégia nacional, uma vez que incide em áreas essenciais à vida das comunidades, como a produção local e o emprego através da dinamização e diversificação da base económica local. Se por um lado pretende-se dinamizar a actividade industrial, através do empreendedorismo e consequente

Desenvolvimento da Agricultura, Floresta e Indústria de Base Local

- Aproveitamento dos recursos endógenos.
- Recuperação da fileira da madeira.
- Fixação das comunidades rurais.
- Aumento dos rendimentos das populações.
- Aumento da produção local.
- Diversificação do tecido empresarial

desenvolvimento de sectores económicos competitivos, por outro procura-se também maximizar os efeitos sociais daí decorrentes (fixação das comunidades rurais e aumento dos seus rendimentos), contribuindo para o desenvolvimento de um território cada vez mais coeso.

Desenvolvimento do sector de suporte à actividade petrolífera

Este eixo resulta da vocação de Cabinda enquanto centro petrolífero associado a extracção e aos serviços de apoio à produção, Incide nas questões do desenvolvimento da actividade petrolífera e todos os serviços que gravitam em torno desta actividade, bem como a produção do gás natural. Com efeito, à semelhança do eixo anterior, esta estratégia encontra-se coberta pela estratégia nacional de forma transversal. Pressupõe acima de tudo o desenvolvimento de uma infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento da actividade industrial que resultará na implementação do Pólo Industrial do Fútila/Malembó, onde se instalem, entre outras, indústrias de derivados de petróleo e gás. Esta medida, para além de acarretar o desenvolvimento de outros serviços de apoio que gravitam em torno do sector de suporte à actividade petrolífera, dinamizando todo o sector privado, terá efeitos sociais, nomeadamente ao nível do emprego cujos efeitos irão reflectir-se no bem-estar das populações.

Desenvolvimento do Sector de Suporte à Actividade Petrolífera

- Aposta nos serviços de apoio.
- Diversificação do tecido empresarial local.
- Criação de emprego.
- Desenvolvimento da base económica (sustentada, em grande parte, pela implementação do Pólo de

Em suma constitui um eixo cujos efeitos irão fortalecer a coesão do território, corrigindo as assimetrias de desenvolvimento que persistem na Província de Cabinda.

Criação da Zona de Actividades Logísticas Portuária

Na base deste eixo encontra-se a vocação de Cabinda como Pólo portuário associado à distribuição regional de produtos, bem como a vocação de Cabinda enquanto centro logístico para a Bacia do Congo. Com efeito, as questões relacionadas com a importância das acessibilidades marítimas enquanto alavanca do desenvolvimento e na capacitação da Província enquanto entreposto para a zona do Baixo Congo, assumem uma importância fulcral no posicionamento regional de Cabinda. Neste sentido, este eixo pressupõe, através da existência de uma infra-estrutura portuária, o desenvolvimento de uma cadeia de valor da logística das mercadorias, bem como, todos os efeitos na geração de emprego e no arrecadar de receitas fiscais para a Província e para o País.

Criação da Zona Portuária de Actividades Logísticas

- Aumento do nível de acessibilidade da província.
- Aumento das exportações.
- Aumento e diversificação de mercados.
- Atração de investidores.
- Diversificação da base económica.
- Promoção da Integração Regional de Cabinda, reforçando a complementaridade com o resto do país.
- Recuperação da função de entreposto

Estas orientações estratégicas para a Província de Cabinda inserem-se no contexto da estratégia nacional, uma vez que incidem em áreas apontadas como essenciais: o desenvolvimento de sectores económicos competitivos, o emprego, o

empreendedorismo do sector privado e a coesão nacional. Promovem, por um lado, a melhoria da acessibilidade à província, disponibilizando, nomeadamente, uma oferta de produtos mais diversificada à população, atraindo investimentos, promovendo a criação de postos de trabalho, reforçando a integração regional de Cabinda e, por outro, associada a construção do novo porto, recuperando a função de entreposto para a zona do Baixo Congo.

Gestão Urbanística e Coesão (Planeamento) do Território

Este eixo incide nas áreas do planeamento e do desenvolvimento coeso do território. Pressupõe a correcta aplicação dos instrumentos de planeamento legalmente previstos por forma a garantir a coesão do território, atenuando assimetrias e consolidando um sistema ambiental sustentável. Neste sentido, este eixo pretende delinear um processo concertado de gestão urbanística das cidades da província, conferindo às cidades as adequadas funções residenciais, de trabalho e de lazer, bem como contribuir para um processo de desenvolvimento sustentado do território.

Gestão Urbanística e Coesão do Território

- Aplicação dos instrumentos de planeamento legalmente previstos.
- Desenvolvimento orientado das cidades, promovendo a coesão com o resto do território nacional.
- Definição de instrumentos de preservação ambiental.

Concorre assim para a concretização dos eixos delineados para a estratégia nacional, no contexto da promoção do desenvolvimento do território, garantindo a harmoniosa distribuição espacial das actividades económicas e sociais.

2.6 Rede Programática de Intervenção

Alcançar os objectivos operacionais inerentes aos eixos de desenvolvimento estratégico para a Província de Cabinda significa definir um conjunto de intervenções, cuja importância estratégica, efeito sinérgico e potencial de alavancagem são reconhecidos no contexto do processo de desenvolvimento de base local.

Neste sentido, definiram-se dezoito programas de intervenção (onde se enquadram intervenções/acções de carácter sectorial) e cinco projectos estruturantes (que correspondem a intervenções cuja execução assume um papel fundamental a execução da estratégia subjacente ao processo de desenvolvimento da província de Cabinda).

Programas Estratégicos

- P1 Reforço da rede de abastecimento de água à província
- P2 Reforço da rede de produção e distribuição de energia à província
- P3 Apoio à produção e incremento do sector agro-pecuário de base local
- P4 Fomento da actividade florestal de base local
- P5 Dinamização e apoio à produção no sector das pescas na província
- P6 Dinamização da actividade industrial, comercial e de serviços na província
- P7 Desenvolvimento das competências e dinamização do mercado de trabalho na província
- P8 Apoio a revitalização da actividade hoteleira e desenvolvimento de actividades desportivas e culturais na província
- P9 Extensão e desenvolvimento da rede sanitária na província
- P10 Reforço e desenvolvimento da rede de ensino geral na província
- P11 Reforço e desenvolvimento da rede de ensino médio na província
- P12 Reforço da reintegração, assistência e equidade social
- P13 Reforço e melhoria da rede rodoviária da província
- P14 Melhoria do sistema de transporte público de passageiros na província
- P15 Melhoria das condições de segurança e operacionalidade do transporte aéreo
- P16 Desenvolvimento de infra-estruturas portuárias e melhoria dos serviços de transporte marítimos na província
- P17 Melhoria da gestão urbana, habitabilidade, ambiente e desenvolvimento sustentável

Projectos Estruturantes

- PE 1 Construção do Novo Porto Comercial de Cabinda
- PE 2 Implementação do projecto do Pólo Industrial do Fútila
- PE 3 Implementação da Zona Franca na Província de Cabinda
- PE 4 Criação do Campus Universitário
- PE 5 Construção do Centro Administrativo da Província de Cabinda
- PE 6 CABINDA LINK (Estudo, Projecto e Construção da Ponte Soyo - Cabinda)

2.7 Financiamento

A concretização dos objectivos inerentes aos eixos de desenvolvimento estratégico para a Província de Cabinda, pressupõe um conjunto de intervenções disseminadas por vários programas de intervenção e projectos estruturantes. Estas intervenções implicam um investimento global para o período 2009-2013 na ordem dos USD 4.124.850.000.

Importa referir, desde já, que este valor inclui a realização do PE6 – Cabinda Link (Estudo, Projecto e Construção da Ponte Soyo – Cabinda), cujo total de investimento representa 53% do valor global do plano.

Considerando a macro-estrutura da rede programática, a distribuição global do investimento é a seguinte:

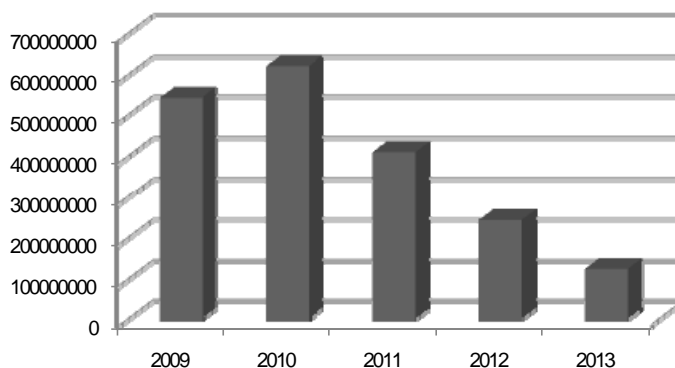
Distribuição do Investimento, segundo a Macro-Estrutura da Rede Programática de Intervenção

Programas e Projectos	USD
Programas Estratégicos	1.567.100
Projectos Estruturantes	2.557.750
TOTAL GLOBAL	4.124.850

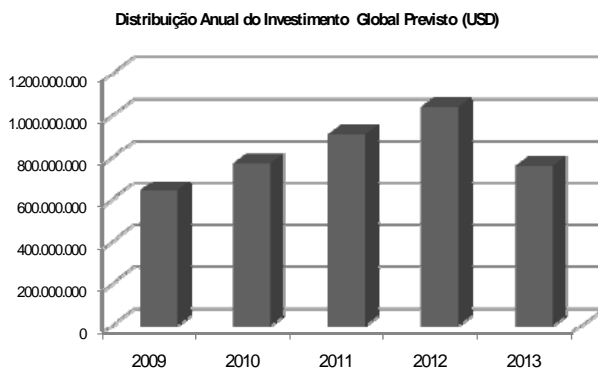
Fonte: Programa Provincial de Médio-Prazo 2009-2013, Governo Provincial de Cabinda

Considerando a distribuição anual do investimento, constata-se a concentração do esforço de realização dos dois primeiros anos de vigência do Plano (correspondendo a aproximadamente 60%).

Distribuição Anual do Investimento Previsto, Excluindo CABinda Link (USD)



A inclusão do valor previsto do Cabinda Link (PE6, orçado em mais de 2,5 biliões de USD) altera esta perspectiva, uma vez que o esforço de investimento para a respectiva realização concentra-se, sobretudo, os últimos anos de vigência do Plano.



Considerando a origem do investimento para a realização do quadro de intervenção proposto, estima-se que as acções de responsabilidade de âmbito local sejam de, aproximadamente, 900 milhões de USD, correspondendo a 45% do valor total do investimento previsto para o período 2009-2013, excluindo o projecto "Cabinda Link".

Se se considerar a realização financeira do PE6 (cuja implementação envolve parcerias internacionais), a relevância do investimento da administração central aumenta significativamente, representando 79% do total. A análise da distribuição do investimento por domínio merece ser realizada excluindo o esforço de investimento necessário para a realização do projecto Cabinda Link, cujo montante avultado condiciona uma leitura mais pormenorizada da importância relativa da concretização da estratégia nos diversos domínios de intervenção:

- O domínio produtivo é o que agrega um maior volume de investimento – representa cerca de 57% do total, correspondendo à concretização de 63 projectos;
- As funções que se destacam pelo peso que assumem no total do investimento são os transportes e comunicações (38% do total do investimento), habitação e serviços comunitários (15%), saúde (9%), educação (7%) e combustíveis e energia (também 7%).
- A reposição de infraestruturas de apoio à actividade económica (nomeadamente transportes terrestres, marítimos e aeroportuários) encontra-se no centro da estratégia de investimento.
- O investimento local é mais significativo no domínio social, sendo de destacar as intervenções previstas nas áreas da habitação, educação e saúde.
- No domínio produtivo é de destacar o investimento local na função agricultura, pescas e ambiente. Tendo em conta que uma parte significativa da população depende da actividade agrícola para a sua subsistência, esta área constitui uma preocupação do Governo Provincial, por forma a melhorar as condições de vida, o rendimento e contribuir para a fixação das populações nos seus locais de origem.

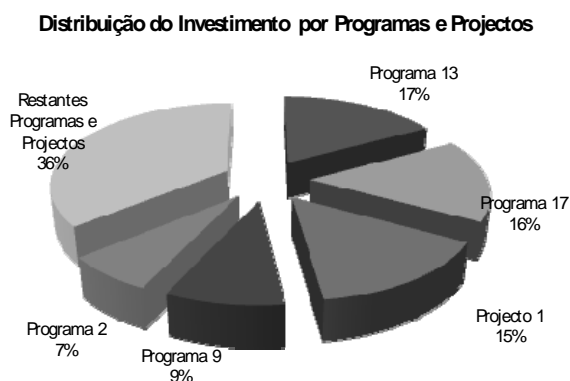
Distribuição do nº de Projectos, Montante Financeiro, por responsabilidade local e central, domínio e função do Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

Domínio / Função	Nº Projectos		Valor USD		Estrutura Investimento (%)
	Local	Central	Local	Central	
Domínio Institucional	10	2	61.600.000	20.000.000	4,2
Serviços Públicos Gerais	9	1	58.600.000	15.000.000	3,8
Segurança e Ordem Pública	1	1	3.000.000	5.000.000	0,4
Domínio Social	63	7	588.900.000	169.000.000	39,1
Educação	16	2	110.450.000	23.000.000	6,9
Saúde	9	2	77.400.000	90.000.000	8,6
Segurança e Assistência Social	10		26.650.000		1,4
Habitação e Serviços Comunitários	17	1	280.400.000	11.000.000	15,0
Abastecimento de Água	5	1	67.000.000	10.000.000	4,0
Cultura e Desporto	6	1	27.000.000	35.000.000	3,2
Domínio Produtivo	63	20	216.350.000	884.000.000	56,7
Combustíveis e Energia	3	3	17.500.000	117.000.000	6,9
Agricultura, Pescas e Ambiente	32		73.950.000		3,8
Indústria e Mineração	11	2	42.300.000	51.000.000	4,8
Transportes e Comunicações	8	13	54.000.000	678.000.000	37,7
Comércio e Serviços	7	2	16.950.000	38.000.000	2,8
Outros Serviços Económicos	2		11.650.000		0,6
Total	136	29	866.850.000	1.073.000.000	100,00
TOTAL GERAL	165		1.939.850.000		

Fonte: Programa Provincial de Médio-Prazo 2009-2013, Governo Provincial de Cabinda

No que diz respeito aos programas / projectos com maior peso no volume global de investimento, a situação é a seguinte:

- O programa estratégico 13 (reforço e melhoria da rede rodoviária) representa 17% do total do investimento;
- O programa estratégico 17 (melhoria da gestão urbana, habitabilidade, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) representa 16% do total do investimento;
- O projecto estruturante 1 (construção do novo porto comercial de Cabinda) representa 15% do total do investimento;
- O programa estratégico 9 (extensão e desenvolvimento da rede sanitária da província) representa 9% do total do investimento;
- O programa estratégico 2 (reforço da rede de produção e distribuição de energia da província) representa 7% do total do investimento.



Na página seguinte apresentamos a distribuição do investimento global por programa e projecto e correspondente fonte de financiamento.

Programas / Projectos				Estrutura %	
	Local	Central	Total	Local	Central
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS					
P1 Reforço da rede de abastecimento de água à província	67.000.000	10.000.000	77.000.000	87	13
P2 Reforço da rede de produção e distribuição de energia	17.500.000	117.000.000	134.500.000	13	87
P3 Apoio à produção e incremento do sector agro-pecuário de base local	42.950.000		42.950.000	100	
P4 Fomento da actividade florestal de base local	11.750.000	15.000.000	26.750.000	44	56
P5 Dinamização e apoio à produção no sector das pescas	17.750.000		17.750.000	100	
P6 Dinamização da actividade industrial, comercial e de serviços	52.500.000	38.000.000	90.500.000	58	42
P7 Desenvolvimento das competências e dinamização do mercado de trabalho	11.650.000		11.650.000	100	
P8 Apoio a revitalização da actividade hoteleira e desenvolvimento de actividades desportivas e culturais	28.000.000	35.000.000	63.000.000	44	56
P9 Extensão e desenvolvimento da rede sanitária	77.400.000	90.000.000	167.400.000	46	54
P10 Reforço e desenvolvimento da rede de ensino geral	75.650.000		75.650.000	100	
P11 Reforço e desenvolvimento da rede de ensino médio	34.800.000	3.000.000	37.800.000	92	8
P12 Reforço da reintegração, assistência e equidade social	26.650.000		26.650.000	100	
P13 Reforço e melhoria da rede rodoviária	24.000.000	303.000.000	327.000.000	7	93
P14 Melhoria do sistema de transporte público de passageiros	20.000.000		20.000.000	100	
P15 Melhoria das condições de segurança e operacionalidade do transporte aéreo	5.000.000	25.000.000	30.000.000	17	83
P16 Desenvolvimento de infra-estruturas portuárias e melhoria dos serviços de transporte marítimos	5.000.000	50.000.000	55.000.000	9	91
P17 Melhoria da gestão urbana, habitabilidade, ambiente e desenvolvimento sustentável	288.900.000	16.000.000	304.900.000	95	5
P18 Reforço da capacidade institucional da administração pública	56.600.000		56.600.000	100	
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS					
PE1 Construção do Novo Porto Comercial de Cabinda		300.000.000	300.000.000		100
PE2 Implementação do projecto do Pólo Industrial do Fútila		36.000.000	36.000.000		100
PE3 Implementação da Zona Franca na Província de Cabinda	1.750.000		1.750.000	100	
PE4 Criação do Campus Universitário		20.000.000	20.000.000		100
PE5 Construção do Centro Administrativo da Província de Cabinda		15.000.000	15.000.000		100

PE6 CABINDA LINK (Estudo, Projecto e Construção da Ponte Soyo - Cabinda)		2.185.000.000	2.185.000.000		100
TOTAL GERAL	866.850.000	3.258.000.000	4.124.850.000	21	79

Os programas estruturantes, à excepção do PE3 (implementação da zona franca na província de Cabinda) são financiados, na sua totalidade, com recursos financeiros de âmbito central.

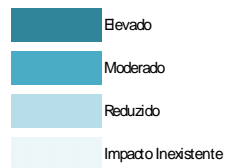
No caso dos programas P3 (apoio à produção e incremento do sector agro-pecuário de base local), P5 (dinamização e apoio à produção no sector das pescas), P7 (desenvolvimento das competências e dinamização do mercado de trabalho), P10 (reforço e desenvolvimento da rede de ensino geral), P12 (reforço da integração, assistência e equidade social), P14 (melhoria do sistema de transportes públicos de passageiros), P18 (reforço da capacidade institucional da administração pública) e PE3 (implementação da zona franca) o investimento previsto é na sua totalidade de âmbito local.

2.8 Prioridades em Matéria de Localização Industrial

A província de Cabinda, como o país em geral, conhece, presentemente, uma fase de desenvolvimento económico que, certamente, irá aprofundar-se no próximo decénio. Significa isto que o número de empresas, nacionais e estrangeiras, tenderá a aumentar, com particular ênfase para as empresas de matriz industrial. Tal circunstância implica um esforço redobrado de definição de uma política de localização de empresas, coerente e articulada, servindo os interesses económicos da região. Relativamente a esta matéria, a matriz de localização industrial constante da estratégia de reindustrialização do país fornece importantes orientações aos potenciais investidores. Com efeito, a matriz de localização industrial delineada pelo Governo é particularmente clara no que à província de Cabinda diz respeito.

As tabelas seguintes sistematizam os sectores a privilegiar na província de Cabinda seu impacto em questões transversais, bem como o respectivo enquadramento em matéria de sistemas de incentivos e de enquadramento em zonas económicas especiais, tendo presente que o município de Cabinda se insere na designada Zona A, sendo que os restantes municípios se inserem na Zona B.

		AMPLIO CONSUMO	CRIAÇÃO DE EMPREGO	EFEITOS BALANÇA COMERCIAL	AÇÃO ESTRUTURANTE	PRORIEDADE DE INSTALAÇÃO
AGRO-INDÚSTRIA	Produção de Água Mineral e Bebidas Refrigerantes Não Alcoólicas					
	Industrialização de Tubérculos e Raízes (Mandioca)					
	Industrialização de Cereais (Arroz e Milho)					
	Indústria de Panificação, Pastelaria, Bolachas e Biscoitos					
	Produção e Refinação de Óleos e Gorduras (Animais e Vegetais)					
	Conservas de Carnes, Derivados de Leite e Gorduras Alimentares					
	Industrialização do Café					
	Preprocessamento de Produtos Marinhos, Rios e Aquicultura					
	Equipamentos, Máquinas e Utensílios Agrícolas					
	Fabrico de Bebidas Alcoólicas, Destiladas e de Bebidas Fermentadas					
	Construção e Reparação Naval					
	TEXTÉIS, VESTI- CALÇADO	Preparação, Fiação, Teclagem, Acabamento de Textéis e Fibras, Confeções e Textéis				
Materiais Plásticos e Compósitos e Componentes para Calçado						
Indústria de Curtumes, Calçado e Artigos de Couro e de Pele						
RECURSOS MINERAIS	Indústria Materiais de Construção					
	Metalomecânica, Estruturas Metálicas, Postes e Tubos de Rega					
	Refinação e Produção de Alumínio					
	Fertilizantes					
HABITAT	Fabrico de Máquinas e Aparelhos Eléctricos					
	Cerâmica Branca e Vermelha					
FILEIRA FLORESTAL	Máquinas para Madeira					
	Sarração e Tratamento de Madeira, Produtos de Madeira e Derivados. Obras de Carpintaria, Indústria de Mobiliário					
INDÚSTRIA FÉRRIL	Construção de Equipamento e Materiais para a Indústria Petrolífera					
	Indústria de Máquinas e Equipamentos Eléctricos e Não Eléctricos					



Município de Cabinda

Sector	Sub-Sector	Lei Investimento Privado		Incentivos			
		Territoriais	Sectoriais	Aduaneiros		Imposto Industrial	Imposto Rendimento Capitais
				BC Novos (50%)	BC 2ª Mão (25%)		
AGRO-INDUSTRIA	Produção de Água Mineral e Bebidas Refrigerantes Não Alcoólicas	A		3	3	8	5
	Industrialização de Tubérculos e Raízes (Mandioca)	A		3	3	8	5
	Industrialização de Cereais (Arroz e Milho)	A		3	3	8	5
	Indústria de Panificação, Pastelaria, Bolachas e Biscoitos	A		3	3	8	5
	Produção e Refinação de Óleos e Gorduras (Animais e Vegetais)	A		3	3	8	5
	Conservas de Carnes, Derivados de Leite e Gorduras Alimentares	A		3	3	8	5
	Industrialização do Café	A		3	3	8	5
	Preprocessamento de Produtos Marinhos, Rios e Aquacultura	A		3	3	8	5
	Equipamentos, Máquinas e Utensílios Agrícolas	A		3	3	8	5
	Fabrico de Bebidas Alcoólicas, Distiladas e de Bebidas Fermentadas	A		3	3	8	5
	Construção e Reparação Naval	A		3	3	8	5
	TEXTILES, VEST. E CALÇADO	Preparação, Fiação, Tecelagem, Acabamento de Textéis e Fibras, Conf	A		3	3	8
Materiais Plásticos e Compósitos e Componentes para Calçado		A		3	3	8	5
Indústria de Curtumes, Calçado e Artigos de Couro e de Pele		A		3	3	8	5
RECURSOS MINERAIS	Indústria Materiais de Construção	A		3	3	8	5
	Metalomecânica, Estruturas Metálicas, Postes e Tubos de Rega	A		3	3	8	5
	Refinação e Produção de Alumínio	A		3	3	8	5
	Fertilizantes	A		3	3	8	5
HABITAT	Fabrico de Máquinas e Aparelhos Eléctricos	A		3	3	8	5
	Cerâmica Branca e Vermelha	A		3	3	8	5
FLEIRA FLORESTAL	Máquinas para Madeira	A		3	3	8	5
	Serração e Tratamento de Madeira, Produtos de Madeira e Derivados. Obras de Carpintaria, Indústria de Mobiliário	A		3	3	8	5
INDUSTRIA PETROL.	Construção de Equipamento e Materiais para a Indústria Petrolífera	A		3	3	8	5
	Indústria de Máquinas e Equipamentos Eléctricos e Não Eléctricos	A		3	3	8	5



SI



NÃO

Restantes Municípios

Sector	Sub-Sector	Lei Investimento Privado		Incentivos			
		Territoriais	Sectoriais	Aduaneiros		Imposto Industrial	Imposto Rendimento Capitais
				EC Novos (50%)	EC 2ª Mão (25%)		
AGRO-INDUSTRIA	Produção de Água Mineral e Bebidas Refrigerantes Não Alcoólicas	B		4	4	12	10
	Industrialização de Tubérculos e Raízes (Mandioca)	B		4	4	12	10
	Industrialização de Cereais (Arroz e Milho)	B		4	4	12	10
	Indústria de Panificação, Pastelaria, Bolachas e Biscoitos	B		4	4	12	10
	Produção e Refinação de Óleos e Gorduras (Animais e Vegetais)	B		4	4	12	10
	Conservas de Carnes, Derivados de Leite e Gorduras Alimentares	B		4	4	12	10
	Industrialização do Café	B		4	4	12	10
	Preprocessamento de Produtos Marinhos, Rios e Aquacultura	B		4	4	12	10
	Equipamentos, Máquinas e Utensílios Agrícolas	B		4	4	12	10
	Fabricao de Bebidas Alcoólicas, Destiladas e de Bebidas Fermentadas	B		4	4	12	10
TEXTIL, VEST. E CALÇADO	Construção e Reparação Naval	B		4	4	12	10
	Preparação, Fiação, Tecelagem, Acabamento de Textéis e Fibras, Confecção	B		4	4	12	10
	Materiais Plásticos e Compósitos e Componentes para Calçado	B		4	4	12	10
RECURSOS MINERAIS	Indústria de Curtumes, Calçado e Artigos de Couro e de Pele	B		4	4	12	10
	Indústria Materiais de Construção	B		4	4	12	10
	Metalomecânica, Estruturas Metálicas, Postes e Tubos de Rega	B		4	4	12	10
	Refinação e Produção de Alumínio	B		4	4	12	10
HABITAT	Fertilizantes	B		4	4	12	10
	Fabricao de Máquinas e Aparelhos Eléctricos	B		4	4	12	10
FILERA FLORESTAL	Cerâmica Branca e Vermelha	B		4	4	12	10
	Máquinas para Madeira	B		4	4	12	10
INDÚSTRIA PETROL.	Serração e Tratamento de Madeira, Produtos de Madeira e Derivados. Obras de Carpintaria, Indústria de Mobiliário	B		4	4	12	10
	Construção de Equipamento e Materiais para a Indústria Petrolífera	B		4	4	12	10
	Indústria de Máquinas e Equipamentos Eléctricos e Não Eléctricos	B		4	4	12	10



SIM



NÃO

2.9 Grandes Projectos da Província

2.9.1 Pólo Desenvolvimento Industrial da Fútila (PDIF)

Segundo o programa executivo para o sector da indústria transformadora, o pólo de desenvolvimento industrial da Fútila visa a criação de infraestruturas para a instalação de indústrias, com a construção de arruamentos, passeios, redes de esgotos e colocação de sistemas de água, energia eléctrica, telecomunicações e de combate a incêndios.

O custo total do investimento ascende a USD 36.750.000, integralmente suportado pelo Orçamento Geral do Estado.

O Pólo localiza-se a 25 KM da cidade de Cabinda, na planície de Malongo, ocupando uma área de 2.345 hectares. A primeira fase ocupará 1.112 hectares, prevendo-se a instalação de 60 empresas que deverão gerar 2.300 postos de trabalho.

As actividades a privilegiar serão os materiais de construção e os artigos de consumo para o mercado interno.

2.9.2 Porto de Cabinda

A construção do Porto de Cabinda data do ano de 1953, embora somente no ano de 1962 tenha sido elevado à categoria de Porto comercial. Reza a história que as operações portuárias na Região de Cabinda começaram no ano de 1758, com o comércio de mercadorias efectivado através da Marinha Real Inglesa. É certo, que as principais cargas manuseadas no Porto de Cabinda após o ano de 1953 eram, a madeira, coconote, o café, e minérios para além de assegurar, também, o transporte de passageiros.

A importância do Porto de Cabinda decorria da ausência de rodovias e ferrovias que fizesse a interligação e integração da Província de Cabinda com as demais, situação que, de resto, se mantém.

O coconote, que desde os tempos remotos sempre foi produzido em grande escala, servia para manter funcional a fabrica de sabão de Sassa Zaú e grande parte era transportado para Benguela com o mesmo fim. A madeira serviu durante longos anos para a construção de moradias um pouco por todo o território Angolano. O bago vermelho, uma das riquezas retiradas de Cabinda, mais concretamente dos municípios de Buco-Zaú e Belize, tinha como destino a América, fundamentalmente o Brasil.

O porto de Cabinda conta, presentemente, com as seguintes infraestruturas:

- Dois armazéns, que ocupam uma superfície equivalente a 1.246m² para guardar mais de dez toneladas de carga.
- A Ponte Cais do Porto de Cabinda cujas infra-estruturas são em estacas metálicas porticadas travadas por vigas também metálicas, vigamento em madeira e pavimento em tabuado de madeira local (Ngulumazi), tem uma configuração em planta em "L". ponto de acesso assente em 24 pórticos X 5 = 120m de extensão e 6,30m de largura. Testa em Cais com 124m de Extensão por 13,5 de largura.
- Outro parque existente no território do Porto, é o de contentores cheios. Este espaço, bem no coração do recinto portuário, serve aos contentores de vinte pés. Os contentores são arrumados aqui de onde posteriormente são retirados pelos respectivos

proprietários para serem desovados. Neste parque, é possível empilhar os contentores a uma altura até três andares. Para este trabalho, o Porto possui hoje varias maquinas capazes de realizar esta operação.

- O Porto possui um parque para contentores frigoríficos e viaturas que chegam a esta província Neste mesmo espaço são arrumadas as máquinas adquiridas no exterior pelos clientes do porto. A altura máxima para empilhar contentores frigoríficos é equivalente a três andares.
- O terceiro e maior parque é o de contentores vazios, o qual se encontra distante dos outros dois, embora esteja localizado na zona de jurisdição portuária. É neste espaço onde são armazenados os contentores depois de serem desovados. Daqui são transportados para os navios com destino a procedência.

O porto de Cabinda oferece os seguintes serviços:

- **Embarque e Desembarque de Mercadorias** - O embarque e desembarque de mercadorias na ponte cais do Porto de Cabinda, é hoje um serviço, realizado vinte e quatro horas por dia. As novas torres de iluminação, colocadas na ponte cais servem para efectuar estas operações com toda segurança no período nocturno.
- **Armazenamento** – Conforme já referido, o porto dispõe de vários espaços de armazenamento que estão a ser melhorados. A ampliação dos vários parques de contentores, a pavimentação do parque principal e a criação de outros espaços para cargas, de que se destaca o parque de contentores frigoríficos, são algumas das medidas que o porto de Cabinda vem implementando para se tornar uma verdadeira plataforma logística.
- **Terminal de Passageiros** - A Gare marítima é outra das inovações que o porto de Cabinda introduziu, dando resposta à necessidade dos passageiros que usam a via marítima para as suas deslocações de Cabinda para o Soyo e Luanda. Com a entrada em funcionamento do *Ferry-Boat* "Luje " antes pertença da Secil marítima, agora sob responsabilidade da E.P.C, os passageiros necessitam de uma sala de espera condigna e à altura das exigências internacionais e outras normas de transporte de passageiros. A Gare é também uma fonte de arrecadação de receitas se tivermos em conta que pelo porto passam, anualmente, cerca de 100 mil passageiros, incluindo os expatriados da Multinacional Chevron-Texaco que trabalham em Cabinda no campo petrolífero de Malongo.
- **Báscula** - Tendo em conta o grande fluxo de mercadoria operada no Porto de Cabinda, o mesmo foi forçado a dotar-se de material técnico adequado Neste sentido, foi instalada uma báscula pesa camiões, instrumento que permite pesar a carga que os camiões transportam e, a partir daí, equiparar os custos à verdadeira tonelagem das mercadorias. A mesma tem capacidade para sessenta toneladas.
- **Plataforma Logística** – Trata-se de um serviço que será instalado no Porto de Cabinda para o acondicionamento, gestão e segurança de mercadoria, recebendo directamente do Parque de Cargas do Porto de Cabinda, cargas Alfandegada ou Desalfandegada, que será desconsolidada, loteada/classificada, armazenada em condições de segurança, contra incêndio, roubo ou deterioração por incumprimento das regras estabelecidas pelo produtor.

Este leque de serviços e as melhorias introduzidas nos últimos anos nas condições de operacionalidade do porto são, contudo, insuficientes para dar resposta às exigências introduzidas pela dinâmica da actividade económica provincial, fortemente contaminada pelo exigente sector petrolífero.

Assim, o executivo aprovou, em Junho de 2010, a proposta de financiamento para a reabilitação do Porto de Cabinda e os Decretos Presidenciais sobre a adjudicação do projecto de construção e fornecimento de três rebocadores multi-funcionais e sobre a aquisição de seis lanchas.

O objectivo da reabilitação do Porto de Cabinda é dotá-lo de capacidade para manusear 300 mil toneladas por ano, contra as 30 mil actuais.

O plano tem ainda por fim a reestruturação de quatro armazéns, sendo um para carga geral e outro para oficina, assim como a construção de um pátio para parquear mil contentores e outro tipo de carga.

A aquisição de lanchas e rebocadores permitirá a prestação de serviços de busca e salvamento, o reboque em alto mar e o combate a incêndios.

A compra dos referidos meios visa a conservação e preservação do meio ambiente, através do combate à poluição e armazenamento de hidrocarbonetos, a sinalização marítima na colocação de bóias e balizamento e o apoio às operações de outros navios.

2.9.3 Campus Universitário

A província contará, proximamente (2011/2012), com um campus universitário, composto por 10 faculdades, zonas de lazer, áreas residenciais, desportivas e um santuário para as espécies marítimas.

No total, o campus universitário será edificado na zona de Caio, a sul da capital da província e vai de encontro às necessidades de formação superior da província e, em particular, do sector petrolífero, charneira actividade económica de Cabinda.

O campus inclui, entre outras, áreas para serviços da reitoria, expediente geral, tesouraria, administração, biblioteca central e uma sala magna que terá um auditório para 1.200 pessoas.

Refeitórios, bares e parque de estacionamento para 255 viaturas fazem igualmente parte do projecto.

De referir que será, igualmente, construída uma auto-estrada que ligará o campus ao aeroporto de Cabinda.

Deste modo, as autoridades esperam que os estudantes da província tenham possibilidade de se fixar em Cabinda e contribuir para o desenvolvimento económico e social da região.

2.9.4 Programa Executivo para a Indústria Transformadora

O governo de Angola encontra-se fortemente empenhado na diversificação da sua economia, reduzindo a dependência face ao sector petrolífero. A actividade empresarial é, na província de Cabinda, avassaladoramente dominada pelo sector petrolífero, o qual tem

asfixiado o desenvolvimento de outros sectores de actividade, conduzindo à inevitável enclavização da economia provincial.

Neste sentido e até pelo efeito demonstrativo que se pretende gerar, o Executivo angolano está empenhado em desenvolver a indústria transformadora na província de Cabinda, contribuindo, deste modo, para a desenclavização da economia provincial. Neste sentido, a política para a indústria transformadora, no país e na província é norteada por um conjunto de objectivos específicos:

- Relançar a produção industrial e a competitividade, em ramos onde existem fileiras de matérias-primas nacionais, experiência industrial e instalações parcialmente recuperáveis sem investimentos excessivos e com viabilidade a médio-prazo;
- Incrementar o valor acrescentado dos produtos industriais;
- Recuperar e criar infraestruturas físicas e económicas de apoio ao desenvolvimento industrial diversificando e articulando a estrutura industrial angolana;
- Dinamizar a construção de “clusters” e fileiras de actividades económicas;
- Melhorar substancialmente a qualidade da produção industrial / preço da produção industrial;
- Constituir um segmento moderno da economia industrial, assente em tecnologia moderna e em investigação e desenvolvimento de matriz nacional;
- Fomentar a descentralização e a desconcentração industrial, através da criação de pólos de desenvolvimento industrial / zonas industriais / zonas económicas especiais;
- Estimular a expansão de um sector privado nacional forte e competitivo;
- Promover o desenvolvimento dos recursos humanos e das capacidades técnicas de gestão necessárias ao desenvolvimento da indústria;
- Modernizar e reforçar o enquadramento legal e institucional do sector industrial.

Estes objectivos, por seu turno, assentam num conjunto de opções estratégicas:

- Criação, a curto prazo, de oferta de produtos industriais de procura reconhecida e/ou orientadas para a satisfação de necessidades básicas da população, nomeadamente, os que se baseiem em matérias-primas do sector primário e permitam substituir importações e/ou fomentar exportações;
- Promoção de um Sector Industrial orientado preferencialmente para a produção de bens transaccionáveis com procura interna e externa;
- Promoção directa de “clusters” e fileiras modernas, competitivas e de significativo valor acrescentado, onde a base industrial é predominante;
- Reabilitação intensiva das infraestruturas físicas e materiais de apoio ao desenvolvimento industrial;
- Definição de medidas proteccionistas, de carácter provisório e balizados no tempo, relativamente às indústrias emergentes, designadamente no âmbito do Protocolo de Comércio da SADC;
- Definição de um sistema de incentivos ao investimento industrial e de um sistema de crédito industrial;
- Definição de uma política de inovação industrial, incluindo o apoio à criação dos “Centros de Inovação e Competências” considerados prioritários;
- Apoio ao desenvolvimento do ensino superior tecnológico e do ensino técnico-profissional e à organização de acções de formação profissional, inicial e qualificante, em articulação com os Centros de Formação Profissional e com as empresas;

- Simplificação do processo de licenciamento industrial e institucionalização de medidas integradas de promoção industrial;
- Apoio à realização de estudos de mercado, promoção e divulgação de oportunidades, incentivo da cooperação entre os exportadores e ao crédito e seguro de crédito à exportação;
- Incentivo ao investimento estrangeiro estruturante nos sectores prioritários;
- Estabelecimento de um sistema nacional de qualidade e segurança industriais, tendo em vista acelerar a normalização e robustecer o poder concorrencial;
- Organização de um sistema de aquisição de bens da indústria nacional pelo Estado;

O Programa Executivo para o sector da indústria 2009-2012 é um instrumento de médio-prazo que visa contribuir para a política de desenvolvimento industrial de longo-prazo definida pelo Executivo Angolano. De entre os objectivos que norteiam este programa, salientamos:

- Aumentar a contribuição da indústria transformadora para o PIB;
- Apoiar a substituição competitiva das importações e fomentar as exportações;
- Aproveitar o grande potencial agrícola, pecuário e florestal da província;
- Aproveitar as oportunidades decorrentes da indústria petroquímica (Refinaria do Lobito);
- Aumentar o número de postos de trabalho no sector industrial;
- Concertar e aplicar os mecanismos financeiros de apoio ao investimento privado nacional.

O sub-programa de substituição competitiva das importações e fomento das exportações (absorve as indústrias alimentar, de materiais de construção, de explosivos, de apoio à agricultura, curtumes e peles, moagem, rações para animais, embalagens, têxtil, equipamentos electrónicos, química, metalomecânica e produtos de metal, de papel, bebidas, de borrachas, automóveis, montagens de motorizadas e bicicletas), é a principal espinha dorsal deste projecto.

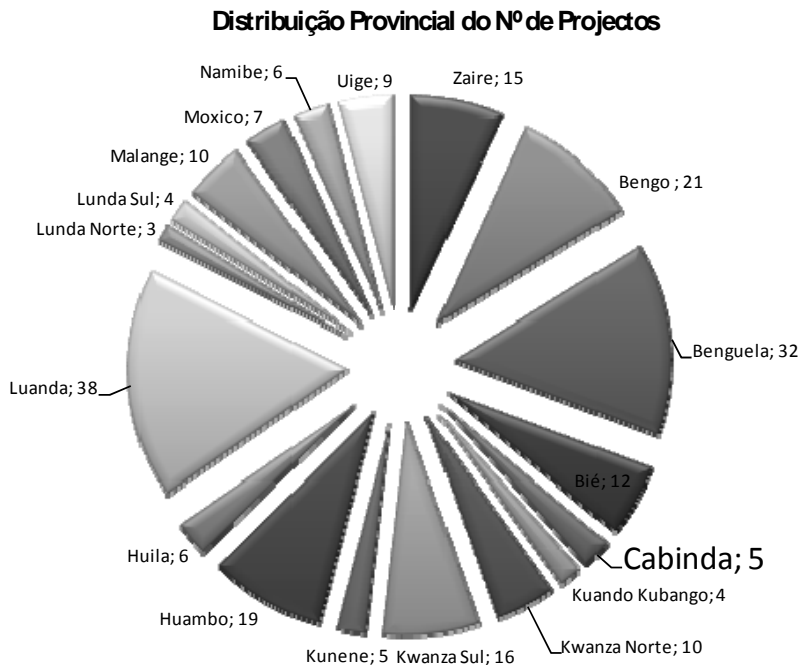
Este sub-programa vai consumir, exceptuando o capítulo das indústrias estruturantes, USD 4.112,36 milhões do orçamento global, para além de garantir 51.435 novos empregos e 222 unidade industriais. Quanto às indústrias estruturantes (inclui uma fábrica de alumínio, de amónia, ureia, de metanol, de pesticidas, de etileno, de polímeros e acido fosfórico), a serem desenvolvidos apenas na cidade do Soyo, Zaire, prevê-se um investimento na ordem dos USD 4.022,85 milhões e 11.200 novos empregos.

Programa Executivo da Indústria 2009-2012

Programas	USD
Reconstituição do Capital Humano	86,17

Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento Industrial	397,75
Substituição de Importações e Fomento das Exportações	4.112,36
Reforço Institucional do Ministério da Indústria	71,262
Indústrias Estruturantes	4.022,85
TOTAL GLOBAL	8.690,392

Fonte: Jornal "O País"



Por outro lado, o subprograma de criação de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento industrial (incluem os Pólos Industriais de Viana, Fútila, Catumbela, Lucala, Caala, Matala, Soyo, Uíje, Dondo, Kunji, Kassinga, Bom Jesus, para além da zona económica especial Luanda-Bengo) vai consumir USD 397,75 mil e criará 20.000 novos empregos. Nestes novos pólos serão instalados 775 indústrias, sendo o Pólo de Bom Jesus o que vai absorver mais unidades fabris: 115. De um orçamento global de USD 8.690,3922 milhões, o Orçamento Geral do Estado (OGE) assume a responsabilidade por mais de 164 milhões, que integram o Programa de Investimentos Públicos (PIP), o que corresponde a uma média anual de USD 41.210.550,00. Entretanto, o Estado deve prestar apenas garantias para que os promotores industriais privados possam obter financiamentos junto dos bancos comerciais no valor de USD 1.681,73 milhões. Assim, refere o programa, o OGE assume a responsabilidade por 1,89% do financiamento global, 19,35% provirá de recursos dos bancos comerciais com garantias do Estado, e 78% de fontes externas. A participação do Estado nos projectos estruturantes será, basicamente, composta de mecanismos fiscais e financeiros, nomeadamente isenções fiscais e aduaneiras, envolvendo ainda a criação de legislação específica para a implementação dos mesmos, na base de negociações com os parceiros interessados.

O programa contempla um conjunto de investimentos na província de Cabinda.

Projecto	Descrição	Custo (USD)	Postos de Trabalho (a criar)
Construção de uma Cerâmica de Barro Vermelho	Produção de telhas, tijolos, abobadilhas e diversos artigos de cerâmica	15.000.0000	60
Construção de uma Fábrica de Fios e Cabos Eléctricos	Produção de fios e cabos eléctricos de baixa e alta tensão	5.000.000	150
Construção de uma Fábrica de Construções Metálicas	Produção de Cisternas, Tanques para Água, Contentores	5.000.000	100
Construção de uma Gráfica	Produção de Artes Gráficas e Edição de Publicações	5.000.000	50
Construção de uma Fábrica de Recauchutagem de Pneus	Produção de Pneus Recauchutados	2.000.000	20

2.9.5 Ponte Soyo – Cabinda (Cabinda Link)

De acordo com o projecto desta importante e estratégica infraestrutura, o percurso, que começa no Soyo, terá cerca de 150 quilómetros, incluindo uma ponte de 20 quilómetros de extensão e passará pelas regiões de Yema, Muanda e Banana (RDC), até Cabinda.

O empreendimento, denominado Cabinda Link, avaliado em 2,55 biliões de dólares norte-americanos, vai fomentar as trocas comerciais com outras províncias do país, procurando complementaridade e vantagens comparativas, que visam contrapor o efeito do comércio transfronteiriço com os países vizinhos.

A propósito do projecto, as autoridades angolanas e congolezas têm mantido encontros periódicos para analisar as várias fases de implementação, tais como a da escolha da planta, financiador e executante, além de visitas a todo o seu percurso.

No quadro da intenção de se edificar essa infra-estrutura rodoviária, a “China Road and Bridge Corporation”, elaborou, a pedido do Governo angolano, quatro maquetas com orçamento, características e prazos de execução diferentes.

Numa reunião realizada em Maio de 2009, as duas partes decidiram optar por uma combinação entre os modelos B e C, por serem teoricamente os menos onerosos, passando por localidades economicamente estratégicas.

Defendida pelos angolanos, a variante B estava orçada em cerca de USD 2 biliões dólares norte-americanos, propondo a ligação entre a vila do Soyo e a localidade de Banana, República Democrática do Congo (RDC), através de uma ponte de 13 quilómetros sobre o rio Zaire.

O restante percurso seria feito em auto-estrada até Cabinda, numa extensão total de 74 quilómetros, incluindo uma ponte de mais de 13 quilómetros, atravessando o território congolês, mormente as localidades de Muanda e Banana.



No entanto, as autoridades congolêses manifestavam-se a favor da variante C (2.826.18 biliões de dólares e 240 quilómetros de extensão) por acharem ser a melhor resposta à integração económica dos dois países.

Já em Agosto de 2010, o Governo Angolano solicitou o apoio financeiro do Japão para construção desta infraestrutura.

3. Enquadramento Regulamentar

Neste capítulo dedicado ao enquadramento regulamentar do investimento na Huila, concentraremos a nossa atenção em três dimensões complementares:

- Enquadramento Legal ao Investimento Privado – cujo conhecimento é fundamental para os empreendedores interessados em instalarem-se na província, através da promoção de iniciativas que visem aumentar a produção local de bens e serviços.
- Enquadramento Legal ao Investimento Público – indispensável para os interessados nas (diversas) oportunidades que oferece o mercado público de contratação de bens e serviços;
- Enquadramento Legal à Contratação Pública – igualmente indispensável para aceder a contratos com financiamento interno.

3.1 Enquadramento Legal do Investimento Privado

A Lei n.º 11/03, de 13 de Maio – Lei de Bases do Investimento Privado - enquadra e regulamenta o investimento privado em Angola. Aí são igualmente definidos os princípios de acesso aos incentivos e facilidades a conceder pelo Estado angolano ao investimento privado, tratados em diploma autónomo. O investimento privado pode assumir a forma de investimento nacional ou externo. Por oposição ao investidor nacional, considera-se investidor externo qualquer pessoa singular ou colectiva não residente que, independentemente da sua nacionalidade, introduza ou utilize em Angola capitais domiciliados no estrangeiro, com direito a transferir lucros e dividendos para o exterior. Este regime tem, assim, uma forte componente de disciplina de entrada e saída de capitais, com actuação directa do banco central angolano.

O direito a investir em Angola, bem como o direito à prática dos actos necessários ao desenvolvimento dos respectivos projectos de investimento, encontra-se dependente da obtenção de autorização prévia nos termos da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio. O valor mínimo para os projectos de investimento está legalmente fixado em USD 100,000.00. Porém, deve considerar-se tal limite como indicativo, uma vez que certos projectos, na sequência da sua apreciação administrativa, podem passar a requerer montantes superiores. Pela prática verifica-se também que investimentos exclusivamente nacionais que não impliquem esse trânsito de capitais podem dispensar a autorização prévia.

As propostas e a autorização de investimentos decorrem sob um de dois regimes processuais:

- a) Regime de declaração prévia;

b) Regime contratual.

Estão sujeitos ao regime de declaração prévia, nos termos da referida lei, as propostas para investimentos de valor igual ou superior ao equivalente a USD 100,000.00 para investidores externos (50,000.00 para investidores nacionais) até ao limite máximo equivalente a USD 5,000,000.00.

Ficam sujeitas ao regime contratual (culminando na celebração de um contrato de investimento com o Estado angolano) as propostas que se enquadrem nas seguintes condições:

- a) Investimentos de valor igual ou superior a USD 5,000,000.00;
- b) Independentemente do valor, os investimentos em áreas cuja exploração só pode, nos termos da lei, ser feita mediante concessão de direitos de exploração temporária;
- c) Independentemente do valor, os investimentos cuja exploração só pode, nos termos da lei, ser feita com a participação obrigatória do sector empresarial público.

Os procedimentos de autorização ficam a cargo da ANIP - Agência Nacional do Investimento Privado, à qual está entregue a execução da política angolana em matéria de investimentos privados, bem como a promoção, coordenação, orientação e supervisão dos investimentos privados. A ANIP é, desse modo, um interlocutor privilegiado dos interessados que pretendam investir em Angola, na maioria dos sectores de actividade económica, sendo a entidade a quem devem ser apresentadas as candidaturas de investimento e quem (isoladamente ou em conjunto com o Conselho de Ministros – no caso do regime contratual) autoriza os projectos de investimento privado. Podem ser encontradas mais informações sobre esta entidade em <http://www.anip.co.ao/>

Aprovadas as propostas de investimento privado, a ANIP emite um Certificado de Registo de Investimento Privado (CRIP), que confere ao seu titular o direito de investir nos termos nele referidos. O CRIP constitui o documento comprovativo da aquisição dos direitos e da assumpção dos deveres de investidor privado, devendo servir de base para todas as operações de investimento, acesso a incentivos e facilidades, constituição de sociedades, obtenção de licenças e registos, solução de litígios e outros factos decorrentes da atribuição de facilidades e incentivos.

Assim, após ser obtido o CRIP, para que seja efectuada a importação de capitais integrante do projecto é necessário o licenciamento dessa operação, numa dimensão cambial, junto do BNA - Banco Nacional de Angola e com intervenção de uma instituição financeira da escolha do investidor que esteja autorizada a exercer o comércio de câmbios. Igualmente, caso o projecto de investimento implique a constituição ou alteração de sociedades, a qual deve ser outorgada por escritura pública, é necessária a apresentação ao notário do CRIP,

emitido pela ANIP, bem como da competente licença de importação de capitais, emitida pelo BNA (atestando no verso a realização do capital investido), sob pena de nulidade dos actos a que disser respeito.

Do mesmo modo, o registo das operações de entrada no país de máquinas, equipamentos, acessórios e outros materiais para investimentos que beneficiem de facilidades e isenções previstas na lei, que é da competência do Ministério do Comércio em conjunto com as autoridades alfandegárias, depende igualmente da apresentação do CRIP.

Cabe notar que investimentos em certos sectores (como o petrolífero, o dos diamantes e o das instituições financeiras) regem-se por legislação própria, sem prejuízo de aplicação subsidiária da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio. Acresce que se deverá ter em atenção o regime constante da Lei de Delimitação dos Sectores da Actividade Económica (Lei n.º 05/02, de 16 de Abril) relativamente aos sectores integrados nas designadas Reservas de Estado, incluindo restrições aplicáveis a áreas da economia fora da livre iniciativa privada ou especificamente limitados.

É ainda de fazer notar que, por regra, não existe a obrigatoriedade legal de os investidores externos se associarem a investidores nacionais para a implementação de projectos. Esta regra não se aplica a sectores específicos, como o da comunicação social, transporte aéreo, petrolífero e diamantífero.

A Lei n.º 11/03, de 13 de Maio, e a Lei n.º 17/03, de 25 de Julho, que regula especificamente os benefícios fiscais e aduaneiros, regulam a concessão de incentivos a projectos de investimento privado, quer estes sejam nacionais ou externos, estabelecendo um conjunto de medidas directamente aplicáveis aos referidos projectos. São abrangidos no âmbito do regime de incentivos fiscais, nomeadamente os projectos de investimento que se enquadrem nos seguintes sectores, zonas, ou projectos:

- Sectores Prioritários:
 - Agricultura e Pescas
 - Construção civil
 - Energia e águas
 - Infra-estruturas Rodoviárias, Ferroviárias, Portuárias e Aeroportuárias
 - Educação e Saúde
 - Indústria transformadora
 - Equipamentos de grande porte de carga e passageiros

- Zonas de Desenvolvimento Elegíveis para Efeitos da Atribuição de Incentivos Financeiros:
 - Zona A – abrange a província de Luanda e os municípios sede das províncias de Benguela, Huíla, Cabinda e o município do Lobito.

- Zona B – restantes municípios das províncias de Benguela, Cabinda e Huíla e províncias do Kwanza Norte, Bengo, Uíge, Kwanza Sul, Lunda Norte e Lunda Sul.
- Zona C – províncias de Huambo, Bié, Moxico, Cuando Cubango, Cunene, Namibe, Malange e Zaire.

Existem legalmente dois regimes distintos de incentivos fiscais, aplicáveis a projectos de investimento, em função do montante de investimento:

- Investimentos > USD 250.000; e
- Investimentos USD 50.000 e USD 250.000.

Note-se, numa dimensão prática, não têm sido conferidos incentivos a projectos de investimento de valor inferior a USD 250,000.00, esperando-se que em breve prazo tal valor mínimo venha a aumentar. Caso se trate de investimentos superiores a USD 5,000,000.00, os incentivos poderão estar dependentes dos termos negociados ao nível do contrato de investimento, podendo inclusive ser alargados.

Os incentivos previstos na Lei n.º 17/03 incidem sobre três tipos de direitos:

- **Direitos Aduaneiros** - as operações de investimento estão isentas do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras sobre bens de equipamento (ou redução 50%, no caso de equipamentos usados).
- **Imposto Industrial** - os lucros resultantes de investimentos estão isentos do pagamento de imposto industrial.
- **Imposto sobre a Aplicação de Capitais** - as sociedades que promovam operações de investimento ficam isentas do pagamento de imposto sobre o rendimento de capitais relativamente a lucros distribuídos a sócios.

Estes incentivos aplicam-se da seguinte forma:

Zona de Desenvolvimento	Direitos Aduaneiros	Imposto Industrial	Imposto sobre Aplicação de Capitais
Zona A	3 Anos	8 Anos	5 Anos
Zona B	4 Anos	12 Anos	10 Anos
Zona C	6 Anos	15 Anos (*)	15 Anos

(*) Gozam ainda de isenção sobre o preço da empreitada, os sub-empregados.

Existem, ainda, outros incentivos aplicáveis, de entre os quais salientamos:

- Isenção de imposto de sisa pela aquisição de terrenos e imóveis adstritos ao projecto, a requerer à repartição fiscal competente.
- Isenção de direitos aduaneiros: as operações de investimento estão isentas do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras sobre mercadorias incorporadas ou consumidas directamente nos actos de produção de mercadorias: (a contar do início de laboração, incluindo testes).
- Despesas de investimento consideradas como perdas, para além do período de isenção do imposto industrial, para apuramento da matéria colectável:
 - Até 100% das despesas com a construção e reparação de estradas, caminhos-de-ferro, telecomunicações, abastecimento de água e infra-estruturas sociais para os trabalhadores, suas famílias e população dessas áreas;
 - Até 100% de todas as despesas com a formação profissional em todos os domínios da actividade social e produtiva;
 - Até 100% de todas as despesas que resultem de investimentos no sector cultural e/ou compra de objectos de arte de autores ou criadores angolanos, desde que permaneçam em Angola e não sejam vendidos pelo período de 10 anos.

O investidor que pretenda beneficiar de incentivos fiscais, em qualquer dos dois sistemas de incentivos, deve preencher, cumulativamente as seguintes condições:

- Encontrar-se em condições legais e fiscais para o exercício da sua actividade;
- Não ser devedor ao Estado, à Segurança Social e não ter dívidas em mora junto do sistema financeiro angolano; e, igualmente,
- Dispor de contabilidade organizada e adequada às exigências de apreciação e acompanhamento do projecto de investimento.

3.2 Enquadramento Legal do Investimento Público

Como é do conhecimento público, o Governo Angolano decidiu empreender um processo de reorganização das finanças públicas que, introduzindo mecanismos reforçados de controlo, não deixará, certamente, de beneficiar os agentes que fornecem bens e serviços ao Estado, evitando a desregulamentação que conduziu, no passado recente, a graves problemas de pagamento.

Assim, o Governo está a tomar medidas para prevenir a constituição de dívidas além da capacidade de endividamento sustentável do Estado. Ao mesmo tempo, as autoridades estão decididas a impor maior rigor e transparência na execução orçamental. Entre as acções de reorganização e melhoria da gestão financeira pública já adoptadas, destacam-se as regras de Execução do Orçamento Geral do Estado de 2010, aprovado por Decreto Presidencial nº 24/ 10, de 24 de Março, o Decreto Presidencial nº 31/10, de 12 de Abril sobre o Regime dos Investimento Públicos, entre as quais se incluem disposições decorrentes das

recomendações emitidas pela **Ernest & Young**, multinacional de consultoria contratada para apoiar o executivo angolano na reorganização das finanças públicas, das quais se destacam:

- O início da execução financeira de um projecto de Investimento Público deve obedecer a observância de tramitação processual que contemple:
 - Certificação de que é parte do programa de Investimentos Públicos (PIP)
 - Certificação da cabimentação orçamental (estar inscrito no OGE).
 - Existência de contrato aprovado pelo órgão competente para o efeito.

- A aprovação do contrato pelo órgão competente apenas na circunstância em que as Unidades Orçamentais façam prova da observância das disposições da legislação vigente sobre aquisições e contratação públicas, com a apresentação nomeadamente:
 - Prova de anúncio público ou convite de pré-qualificação.
 - Documentação de pré-qualificação.
 - Carta-convite para apresentação de proposta.
 - Documentação de proposta (de acordo com as normas estabelecidas).
 - Mapa de quantidades.
 - Memória descritiva do projecto.
 - Folha de apresentação das propostas.
 - Relatório de avaliação das propostas.

Nessas circunstâncias, as empresas que fornecem bens ou serviços a organismo do Estado, deverão requerer que tais organismos façam prova da observância dos procedimentos estabelecidos pois, de outro modo, o Estado não assumirá a responsabilidade por eventuais dívidas assim contraídas.

O objectivo é por termo a uma série de práticas dos gestores orçamentais que se confundem com os erros e vícios do passado, estando o Executivo empenhado em erradicar as mesmas. De recordar que, no início de 2010, depois da aprovação da Constituição, José Eduardo dos Santos reafirmou a sua política de tolerância zero em relação a esses erros e vícios, determinando um novo começo, com a adopção de novos métodos de trabalho, outra disciplina, nova consciência e um perfil do servidor público mais adequado às suas responsabilidades.

Entre os erros e vícios que o novo executivo quer combater, salientam-se:

- Não apresentação ou a apresentação irregular das necessidades de recursos financeiros por parte das unidades orçamentais;

- Contracção de dívidas à margem das regras estabelecidas, a remissão de facturas ao Ministério das Finanças para pagamento;
- E até a emissão de ordens de saque em nome próprio.

Importa referir que o Orçamento Geral do Estado (OGE) enquanto Lei de Meios e não Lei de Despesas, prevê as Receitas e fixa a Despesa, pelo que as despesas nela inscritas, podem ser iguais ou inferiores às receitas arrecadadas efectivamente. Por isso, a execução do OGE é feita na base de programação financeira do Tesouro, que é trimestral, e nos planos de caixa. São esses instrumentos que dão a previsão mais próxima da realidade em termos de receitas existentes e, por isso mesmo, a afectação de recursos é feita com base em tais instrumentos que são mensais. As unidades Orçamentais devem, portanto, remeter ao Ministério das Finanças, trimestralmente, as suas necessidades de recursos financeiros, as quais devem estar de acordo com a programação Financeira do Tesouro. É esta que estabelece o limite das despesas que as Unidades Orçamentais devem cabimentar em cada trimestre.

Ou seja, não basta uma despesa estar inscrita no OGE, também, tem de estar prevista na Programação Financeira do Tesouro. Um dos vícios persistentes entre os gestores orçamentais é continuar a endividar-se com o argumento de que o seu orçamento lhes permitia realizar certas despesas, responsabilizando o Ministério das Finanças por não disponibilizar os fundos previstos no OGE. Outros vícios do passado são a celebração de contratos sem orçamentação prévia, a existência de contratos não aprovados pela entidade competente ou contratos não visados pelo Tribunal de Contas, práticas que constituem irregularidades, pelo que o Estado (Tesouro Nacional) não pode assumir o pagamento de despesas que resultem dos mesmos. A contratação em moeda estrangeira com residentes cambiais ou o estabelecimento de adiantamentos superiores aos 15% regulamentados são outras das (más) práticas que o Ministério das Finanças pretende erradicar.

A fim de não estrangular a economia, o executivo resolveu começar a pagar a dívida contraída em 2008 e 2009 desde que, no mínimo, exista um contrato reconhecido. Mas já a partir de 2010, as autoridades vão impor o máximo rigor na execução do OGE, pelo que os agentes e operadores interessados em disponibilizar bens e serviços ao Estado devem acautelar plena conformidade com a lei, sob pena de verem protelados ou mesmo congelados os pagamentos que lhes são devidos.

3.3 Enquadramento Legal da Contratação Pública

Foi recentemente publicada a nova Lei da Contratação Pública. Aplica-se a mesma à Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, de Locação e Aquisição de Bens Móveis e Imóveis e à aquisição de Serviços por uma Entidade Pública. É também aplicada à

Concessão de Obras Públicas e de Serviços Públicos e inclui todas as matérias que estão dispersas em três diplomas:

- Decreto n.º 40/05, de 08 de Junho - aprova o Regime de Empreitadas de Obras Públicas;
- Decreto n.º 7/96, de 16 de Fevereiro - estabelece o Regime de Realização de Despesas Públicas, Prestação de Serviços e Aquisição de Bens, bem como a Contratação Pública relativa à Prestação de Serviços, Locação e Aquisição de Bens Móveis;
- Decreto n.º 26/00, de 12 de Maio - aprova as Normas Reguladoras da Aquisição, Uso e Abate de Veículos do Estado.

Os principais objectivos da introdução do novo regime da contratação pública são os seguintes:

- Uniformização, simplificação e diminuição do número de procedimentos relacionados com a Contratação Pública.
- Promoção do respeito pelos princípios constitucionais e legais em matéria de direito administrativo em geral e da contratação pública em especial, nomeadamente:
 - Da igualdade;
 - Da imparcialidade;
 - Da transparência;
 - Da proporcionalidade.
- Promoção da inovação tecnológica dos processos (redução de custos, eficiência e rapidez dos procedimentos, ganhos ecológicos);
- Introdução dos Sistemas de Aquisição Dinâmica Electrónica (aquisições com base em catálogos electrónicos);
- Consagração da figura da Central de Compras;
- Instituição do Portal de Compras;
- Reforço do papel regulador do Estado, através da criação de uma entidade de fiscalização e de supervisão do mercado da contratação pública – O Gabinete da Contratação Pública;
- Fomento da Ética na Contratação;
- Fomento do Empresariado angolano, através da previsão de normas de protecção de empreiteiros, fornecedores de bens e prestadores de serviços.

Tomando por comparação o anterior enquadramento legal à contratação pública, de notar a eliminação do procedimento de "ajuste directo" (as aquisições de pequeno valor passarão a ser feitas através do procedimento por negociação), tendo sido estabilizada a seguinte tipologia de procedimentos:

- Concurso público
- Concurso limitado, por prévia qualificação
- Concurso limitado, sem apresentação de candidaturas
- Procedimento por negociação

O novo regime de contratação pública assenta, por outro lado, num conjunto de aspectos relevantes, cujo conhecimento se afigura fundamental para todos os agentes interessados na comercialização de bens e serviços junto de Entidades Públicas Angolanas:

Ética

Define os conceitos e as normas relacionadas com a ética no processo de contratação. São a materialização das disposições da Lei da Probidade Pública e o reflexo de transparência e isenção na gestão dos recursos públicos:

- Conduta dos Funcionários Públicos;
- Conduta dos Interessados (pessoas singulares e colectivas);
- Impedimento de Interessados;
- Cadastro dos Candidatos/Concorrentes
- Denúncia de Práticas Ilícitas

Gabinete de Contratação Pública - Atribuições

- Apoiar o Executivo na formação e implementação de políticas relativas à contratação pública;
- Fiscalizar, auditar e supervisionar os processos de contratação, em colaboração com os organismos competentes para o efeito;
- Constituir-se em observatório da contratação pública, através do estímulo à adopção das melhores práticas e de novos procedimentos de aquisição pública;
- Elaborar normas, regulamentos e instruções para normalizar os processos de contratação pública;
- Decidir sobre recursos apresentados pelos candidatos e/ou concorrentes.

Portal da Contratação Pública

- A nova Lei prevê a criação do Portal da Contratação Pública – as regras de constituição, funcionamento e de gestão e respectivas funcionalidades deverão fixadas por lei a ser publicada;
- A lei também fixará também, as regras de funcionamento e de utilização de plataformas electrónicas pelas entidades contratantes, bem como o modo de interligação destas com o Portal da Contratação Pública;

- Deverá haver articulação com o Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

Centrais de Compras

- As entidades públicas contratantes podem constituir Centrais de Compras para centralizar a contratação de empreitadas de obras públicas, a locação e a aquisição de bens e serviços;
- A constituição de Centrais de Compras permite aumentar o poder de negociação e consequentemente obter preços mais competitivos, rentabilizando os recursos públicos;
- As Centrais de Compras podem celebrar acordos quadro que tenham por objecto a posterior celebração de contratos de empreitada de obras públicas ou de locação ou aquisição de bens e serviços;
- As entidades gestoras das centrais de compras podem atribuir a gestão de algumas actividades a um terceiro, independentemente da sua natureza pública ou privada;
- A constituição, estrutura orgânica e o funcionamento das centrais de compras serão reguladas por diploma próprio.

Sistema de Aquisição Dinâmica Electrónica

- As entidades contratantes podem celebrar contratos de aquisição de bens móveis ou serviços de uso corrente, através de um procedimento especial totalmente electrónico que compreende três fases:
 - Instituição do sistema e formação do catálogo electrónico;
 - Convite;
 - Adjudicação.
- O Anúncio deve ser publicado na III Série do Diário da República e num jornal de grande circulação;
- O Programa do procedimento deve:
 - Fixar a duração do sistema (não superior a quatro anos);
 - Fornecer aos interessados todas as informações necessárias ao acesso ao sistema, indicando o equipamento electrónico utilizado, as modalidades e os aspectos técnicos de ligação ao sistema;
 - Ser integralmente disponibilizado até ao encerramento do sistema de forma gratuita e directa, na plataforma electrónica utilizada pela entidade contratante.

Leilão Electrónico

- É um processo interactivo baseado num dispositivo electrónico destinado a permitir aos concorrentes melhorar progressivamente as suas propostas, depois de avaliadas, obtendo-se a nova pontuação através de um tratamento automático
- A entidade contratante pode recorrer a este procedimento quando:
 - As especificações técnicas dos bens ou serviços a adquirir se encontrem totalmente standardizadas;
 - O preço for o único critério de adjudicação.

Contratação de Serviços de Consultoria

- Estabelece as regras e os princípios que devem ser observados na contratação de serviços de consultoria:
 - Método de contratação;
 - Conflitos de interesses;
 - Fases do processo de selecção;
 - Termos de referência;
 - Anúncio e convite para apresentação de propostas;
 - Prazos.

4. Análise de Risco

No âmbito da abertura progressiva da economia angolana aos mercados internacionais, o executivo angolano solicitou à Fitch, Moody's e Standard & Poor's (S&P) a avaliação do risco soberano de Angola.

No caso de Angola, este primeiro exercício de classificação de risco soberano é um marco importante no aprofundamento da integração da economia do país nos mercados internacionais, pois melhora o seu estatuto no mercado financeiro global e na economia mundial.

Como se sabe, as avaliações de risco soberano reflectem a opinião sobre a capacidade de um país honrar as suas dívidas e a publicação dos relatórios das agências de "rating" dá, com efeito, aos investidores internacionais uma avaliação independente do potencial económico de Angola e, deste modo, facilita o acesso aos empréstimos internacionais por parte do Governo, das empresas e das instituições financeiras nacionais e a atracção de investimentos para o país.

Em resultado do seu trabalho de avaliação, a agência Fitch atribuiu a Angola a classificação B+ e a agência Moody's atribuiu B1 (que é equivalente a B+), ambas com perspectiva positiva, e a agência S&P atribuiu a classificação B+, com perspectiva estável.

Em termos comparativos, a agência S&P confere a Angola e à Nigéria o mesmo patamar (B+), enquanto o Ghana, Cabo Verde, Uganda, Moçambique e Quénia estão classificados, ou no mesmo patamar, ou num patamar inferior.

Contudo e contrariamente á situação prevalecente nestes países, a perspectiva positiva para Angola, tanto da Moody's como da Fitch, constitui a indicação da existência de um potencial de elevação de Angola para uma categoria BB (a categoria imediatamente superior a B+), num prazo relativamente curto, caso as perspectivas de progresso económico e institucional das agências se materializem.

Além disso, tratando-se da sua primeira avaliação, a classificação de risco soberano de Angola é igual às classificações iniciais obtidas por países emergentes como a Rússia e o Brasil, países que devido às suas realizações económicas e institucionais viram as suas classificações de risco melhorarem rapidamente.

De facto, a primeira classificação atribuída pela agência S&P ao Brasil, em Julho de 2002, foi um B+ com perspectiva estável (igual à atribuída agora a Angola, por esta agência). As classificações posteriores foram melhorando e, em Abril de 2008, o "rating" deste país era de BBB – com perspectiva estável.

O primeiro "rating" da Rússia, por seu lado, obtido em Dezembro de 2001, pela S&P foi um B+ com perspectiva positiva (o mesmo atribuído a Angola pelas agências Moody e Fitch). Posteriores classificações fizeram evoluir este 'rating' para BBB com perspectiva estável, em Dezembro de 2008.

De acordo com os relatórios das agências, a classificação de Angola reflecte uma visão equilibrada da sua dotação de recursos naturais e das boas perspectivas de estabilidade macroeconómica, de maior crescimento económico e desenvolvimento, bem como a necessidade de reforço da capacidade institucional do Governo, que aliás já denota um aumento crescente neste domínio.

As agências apreciaram favoravelmente os recentes esforços do Executivo para a reconstrução das infra-estruturas do país, que vêm aumentando a capacidade produtiva do sector não petrolífero e contribuindo para superar os constrangimentos relativos à produção interna.

De igual modo as três agências avaliaram positivamente os esforços de longo prazo para a consolidação da estabilidade política e as mudanças constitucionais e institucionais recentes.

As agências também valorizaram as medidas em curso no âmbito das políticas fiscal e monetária e para diminuir a vulnerabilidade da economia à volatilidade dos preços do petróleo.

A esse respeito, consideram o programa acordado entre Angola e o FMI, em fins de 2009, como um factor positivo, que mostra a determinação do Executivo de seguir adiante com as políticas visando a normalização dos mercados, a manutenção da estabilidade macroeconómica e a diversificação económica.

Finalmente, as agências consideram que a forte retoma do crescimento económico, em 2010 e nos anos futuros, contribuirá para o êxito das medidas do Executivo e para que se alcance, níveis maiores de diversificação económica.

5. ANEXO – PRINCIPAIS IMPORTADORES DE ANGOLA

Empresa	Morada	Web site/mail	Telefone	Fax
GRUPO AROSFAN SARL	R. Comandante Valodia , nº 67, 1º Andar	mtajideen@grupoarosfran.com	2442430165 / 222 443 146	2442449972
ANGOALISSAR COMERCIO E INDÚSTRIA	R. Dr. Amílcar Barca, 5, 1ª Luanda	http://www.angolissar.com/pl/index.aspx ; info@angolissar.com	222 310 221	
INTERCAL - EMPRESA REUNIDA DE COM. & IND.	Lgo 1º de Maio, 15- cx postal 23 - Lubango	intercal@nexus.ao	261223077 / 261 222 680 / 261 245 899	261228175 /
GRN - GABINETE DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL	Gabinete de Obras Especiais, Morro Bento		222 35 8210	222357956
NOVACIMANGOLA SARL	Av. 4 de Fevereiro, 45 2º Andar		310190	
ANGOLA LNG LIMITED	20 - Av. Lenine	http://www.angolalng.com/	222 69 26 00	
SECIL Lobito, S.A	Morro da Quileva - CP 157 Lobito	secil-lobito@ebonet.net ; secil-lobito.secret@nexus.ao	272 222 207	272 223 106
GOLFRATE HOLDINGS	Av. 4 de Fevereiro, nº 13 r/c - Luanda; cx. Postal 6173	www.golfrateangola.com ; info@golfrateangola.com	253250023	
CHINANGOL, LDA	RUAMAJOR KANHANGULO BUNGO No A B E C LUANDA	marketing@gsp.cn	222 444 066	222 443 967
CABINDA GULF OIL	Avenida Lenine 77		244 239 26 46	244 239 43 48
SIMPORTEX - COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIP.	R. Rainha Ginga, 24		350883 / 338983	
COCA-COLABOTT LING LUANDA	Rua N'Gola Kiluange n.º370,	cdbl@sr.cangola.com	222-381212/382605/382567/380353	222-380047
ANGO RAYAN GROUP	R N Gola Kiluanji, nº 98			
EAA ENT REPOSTO ADUANEIRO DE ANGOLA	Estrada do Cacuo, km 4, Bairro N'Gola Kiluange Luanda		222 84 18 88	222 84 17 02
ADISTRIBUIDORA	R N Gola Kiluanji, nº 168, Bairro de São Paulo	distribuidora@snet.co.ao	222 38 15 91/222386590/222386591	222383795
ATLAS GRUPO, LDA	Rua Major Kanhangulo 199, 2 Andar - Luanda		310760/ 310751	
MAXI Cash & Carry (Grupo Teixeira Duarte):	Av. Pedro de Castro Van-Dünen «Loy», Morro Bento, Luanda			
NOSSO SUPER (ODEBRECHT):	Estrada do Catele km 30 - Bairro de Viana		22267-7472 / 222 67 85 00	
POUPALÁ (GRULA):	R. Manuel Augusto dos Santos, 28, Maculusso Bairro das Ingombotas, Luanda		222 39 41 48	222 33 32 68
CENCO (Central de Compras das FAA e Forças de Segurança).	Rua Rainha Ginga, 240/2		222 330 764 / 222 338 504 / 222 330131	